



Universidade Federal de Santa Catarina | UFSC

Centro Tecnológico | CTC

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Acadêmica | Elvira Dalva Gugeler Bazanella

Orientador | Professor Dr. Eduardo Westphal

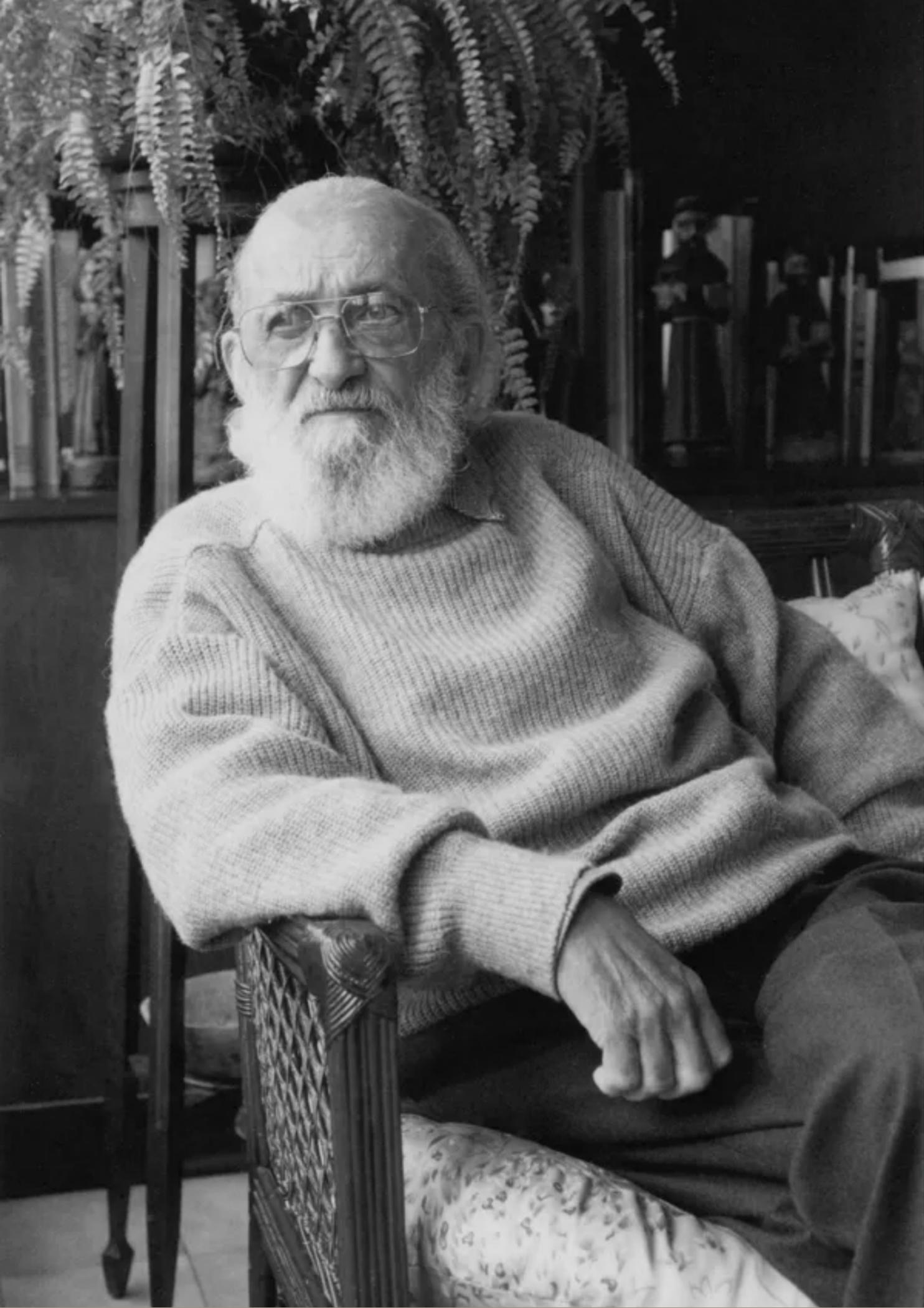
Coorientadora | Professora Dra. Maria Inês Sugai

Creche no Morro do Quilombo:
A Educação Infantil como
Estratégia de Enfrentamento
das Desigualdades Sociais

Universidade Federal de Santa Catarina | UFSC
Centro Tecnológico | CTC
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Acadêmica | Elvira Dalva Gugeler Bazanella
Orientador | Professor Dr. Eduardo Westphal
Coorientadora | Professora Dra. Maria Inês Sugai

Trabalho de Conclusão de Curso
Florianópolis | 2023

Creche no Morro do Quilombo:
A Educação Infantil como
Estratégia de Enfrentamento
das Desigualdades Sociais



“A educação modela as almas e recria os corações.

Ela é a alavanca das mudanças sociais.”

Paulo Freire



“Nenhum aspecto da sociedade brasileira poderá ser jamais explicado e compreendido se não forem consideradas as enormes desigualdades econômica e de poder político que ocorrem em nossa sociedade. O maior problema do Brasil não é a educação ou a saúde, nem mesmo a pobreza. São as desigualdades econômica e de poder político. Essas desigualdades dificultam uma ação mais vigorosa do Estado no sentido de reduzir mais rapidamente os nossos baixos níveis de educação ou saúde, por exemplo.

São, portanto, as causas de base.”

Flávio Villaça

1 | Considerações Iniciais (p. 9 - 11)

- 1 | Introdução | 10
- 2 | Apresentação | 10
- 3 | Justificativa | 10
- 4 | Objetivo geral | 11
- 5 | Objetivos específicos | 11
- 6 | Metodologia | 11

2 | Aproximação com a Área de Estudo (p. 12 - 14)

- 1 | Aproximação com a área de estudo | 13
- 2 | O Morro do Quilombo no contexto de Florianópolis | 13
- 3 | Histórico da Comunidade | 13
- 4 | Processo de ocupação e primeiros moradores | 14
- 5 | A área foi um Quilombo? | 14

3 | Caracterização e Análise da Área de Estudo (p. 15 - 17)

- 1 | Considerações iniciais | 16
- 2 | Zoneamento | 16
- 3 | Cheios e Vazios | 17
- 4 | Equipamentos Urbanos | Creches Municipais | 17
- 5 | Mapas complementares | 17
- 1 | Condicionante Topográfica | Altimetria | **Caderno de Anexos**
- 2 | Condicionante Topográfica | Declividades | **Caderno de Anexos**
- 3 | Condicionante Topográfica | Perfil Topográfico | **Caderno de Anexos**
- 4 | Condicionante Topográfica | Hidrografia | **Caderno de Anexos**
- 5 | Condicionante Topográfica | Suscetibilidade a Movimento de Massa | **Caderno de Anexos**
- 6 | Condicionante Topográfica | Suscetibilidade a Enxurradas | **Caderno de Anexos**
- 7 | Infraestrutura Urbana Básica | Tipologias de Pavimentação | **Caderno de Anexos**

8 | Tipologia das Vias e Passagens | **Caderno de Anexos**

9 | Transporte Público | **Caderno de Anexos**

10 | Sistema Viário | **Caderno de Anexos**

11 | Falta de Infraestrutura Urbana Básica | Captação de água não potável | **Caderno de Anexos**

12 | Falta de Infraestrutura Urbana Básica | Instalações elétricas irregulares | **Caderno de Anexos**

13 | Falta de Infraestrutura Urbana Básica | Esgoto a céu aberto | **Caderno de Anexos**

4 | Caracterização Socioeconômica (p. 18 - 24)

- 1 | Desigualdade socioespacial: abordagem de natureza introdutória | 19
- 2 | Conceito de vulnerabilidade social | 20
- 3 | As duas dimensões da desigualdade: a social e a espacial | 20
- 4 | Favela. Assentamento irregular. Assentamento precário. Assentamento consolidado. Comunidade. Como chamar? | 20
- 5 | Florianópolis e segregação socioespacial | 21
- 6 | Floripa, a Ilha da Magia? | 22
- 7 | Morro do Quilombo: área de pobreza em região nobre de Florianópolis | 22
- 8 | A desigualdade social em números | 22
- 9 | Cenário da infância em Florianópolis | 23
- 10 | Cenário da infância no Morro do Quilombo | 23
- 11 | Parcialização do atendimento à pré-escola: a estratégia por trás da universalização do acesso à educação infantil em Florianópolis | 23
- 12 | N° de matrículas iniciais na creche em período integral ou parcial – Florianópolis | 2021 | 24
- 13 | A carência de dados oficiais sobre o Morro do Quilombo | 24
- 14 | Considerações finais | 24
- 1 | O que é o Brasil Hoje? Indicadores socioeconômicos: uma análise das condições de vida da população brasileira | **Caderno de Anexos**

- 2 | Padrão de vida e distribuição de renda | **Caderno de Anexos**
- 3 | Índice de Gini | **Caderno de Anexos**
- 4 | Rendimento domiciliar | **Caderno de Anexos**
- 5 | Linhas de pobreza monetária e as populações consideradas pobres no Brasil | **Caderno de Anexos**
- 6 | Condições de moradia e saneamento | **Caderno de Anexos**
- 7 | Acesso à água | **Caderno de Anexos**
- 8 | Taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inadequadas, saneamento inadequado e falta de higiene | **Caderno de Anexos**
- 9 | Taxa de mortalidade infantil | **Caderno de Anexos**
- 10 | Cenário da infância no Brasil | **Caderno de Anexos**
- 11 | A exclusão escolar no Brasil | **Caderno de Anexos**
- 12 | Cenário socioeconômico da educação infantil no país | **Caderno de Anexos**
- 13 | Taxa de alfabetização infantil | **Caderno de Anexos**
- 14 | Taxas de matrículas em creches | Brasil | 2010 a 2020 | **Caderno de Anexos**
- 15 | Taxa líquida de matrículas em creches | **Caderno de Anexos**
- 16 | Taxa bruta de matrículas em creches | Cor/Raça | Brasil | 2015 a 2020 | **Caderno de Anexos**
- 17 | Taxa de frequência escolar bruta | Grupos de idade e Grandes Regiões | Brasil | 2019 | **Caderno de Anexos**
- 18 | Taxa de matrículas em creche e redes de ensino | Brasil | 2019 | **Caderno de Anexos**

5 | Educação Infantil: Contextualização do Tema (p. 25 - 30)

- 1 | Educação infantil | Considerações iniciais | 26
- 2 | A criança | 26
- 3 | Educar | 27
- 4 | Cuidar | 27
- 5 | Brincar | 27
- 6 | Considerações a partir das acepções expostas | 28

- 7 | A creche como um direito das crianças | 28
- 8 | Educação infantil no Brasil: desigualdade social refletida em desigualdade escolar desde a primeira infância | 28
- 9 | A falta de creches agrava a desigualdade social | 29
- 10 | Investimento na primeira infância como estratégia de enfrentamento da desigualdade social | 29
- 11 | Intervenções na primeira infância para combater a desigualdade social | 30
- 12 | Arquitetura escolar e pedagogia | 30
- 1 | O feminismo no Brasil e a luta por creches | **Caderno de Anexos**
- 2 | Panorama histórico da luta feminista no Brasil | **Caderno de Anexos**
- 3 | A imprensa feminista alternativa e a luta por creches | **Caderno de Anexos**
- 4 | Leis que regem o sistema educacional brasileiro | **Caderno de Anexos**
- 5 | Cronologia das principais leis educacionais brasileiras | **Caderno de Anexos**
- 6 | Sistema educacional brasileiro | Estrutura | **Caderno de Anexos**
- 7 | Constituição Federal/88 | **Caderno de Anexos**
- 8 | Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/90 | **Caderno de Anexos**
- 9 | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96 | **Caderno de Anexos**
- 10 | Emenda Constitucional nº 59, de 2009 | **Caderno de Anexos**
- 11 | Lei nº 12.796/13 | **Caderno de Anexos**
- 12 | Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 13.005/14 | **Caderno de Anexos**
- 13 | Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: Biênio 2014 - 2016 | **Caderno de Anexos**
- 14 | População de quatro e cinco anos que frequenta a escola/creche | Brasil | 2004 - 2014 | **Caderno de Anexos**
- 15 | População de zero a três anos que frequenta a escola/creche | Brasil | 2004 - 2014 | **Caderno de Anexos**
- 16 | População de zero a três anos que frequenta a escola/creche | Brasil | 2004 - 2014 | **Caderno de Anexos**

17 | Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do PNE: 2020 | **Caderno de Anexos**
18 | População de zero a três anos que frequenta a escola/creche | **Caderno de Anexos**
19 | População de quatro e cinco anos que frequenta a escola/creche | **Caderno de Anexos**
20 | Considerações a partir dos dados expostos | **Caderno de Anexos**
21 | Leis Municipais | Florianópolis | **Caderno de Anexos**
22 | Lei nº 7.503/07 | **Caderno de Anexos**
23 | Resolução 01/2017 | **Caderno de Anexos**

6 | Abordagem Educacional de Reggio Emilia (p. 31 - 37)

1 | A história da abordagem de Reggio Emilia | 32
2 | O ambiente escolar é o terceiro educador | 32
3 | Por que uma creche Reggio Emilia? | 33
4 | Escola sem muros | 33
5 | Formas relacionais | Horizontalidade | 33
6 | Formas relacionais | A Piazza Central | 33
7 | Formas relacionais | Transformabilidade e flexibilidade | 33
8 | Formas relacionais | A relação interior-exterior | 34
9 | Formas relacionais | Transparência | 34
10 | Formas relacionais | Comunicação | 34
11 | A harmonia das cores | 34
12 | Materiais | O envelhecimento e a dimensão do tempo | 34
13 | Odores | 34
14 | Sons | 34
15 | Projeto de referência de soluções espaciais: Centro Infantil El Guadual | 35
16 | Acepções do projeto | 35
17 | Definição da área de intervenção | 36
18 | Localização e direção de onde as fotos da área de intervenção foram tiradas | 36
1 | Brincadeira | **Caderno de Anexos**
2 | Autonomia | **Caderno de Anexos**
3 | Arquitetura escolar e pedagogia | **Caderno de Anexos**

4 | A arquitetura associada às ações pedagógicas da educação infantil | **Caderno de Anexos**
5 | Relação bidirecional entre a pessoa e o ambiente | **Caderno de Anexos**
6 | Como as crianças se comportam e o que as estimulam no espaço físico da creche | **Caderno de Anexos**
7 | Principais atividades desenvolvidas e serviços prestados na creche | Divisão por faixa etária | **Caderno de Anexos**

7 | A Proposta Projetual (p. 38 - 62)

1 | Considerações iniciais | 39
2 | Diretrizes norteadoras da proposta projetual com base nas condicionantes da Comunidade | 39
3 | Programa de necessidades | 39
4 | Dimensões mínimas | Parâmetros técnicos | 40
5 | Número de crianças e divisão por faixa etária | 40
6 | Fluxograma | 41
7 | Divisão dos espaços | 42
8 | Descrição do projeto | 42
9 | Diagramas | 43
10 | Planta de situação com entorno | 45
11 | Planta de implantação e cobertura | 46
12 | Planta baixa | 47
13 | Planta de layout | 48
14 | Cortes longitudinais | 49
15 | Cortes transversais | 50
16 | Fachadas | 51
Imagens | Perspectivas | 52
17 | Considerações finais | 62
Localização das imagens do Morro do Quilombo que constam neste trabalho | 63
Referências | 64
Siglas | 66



1

Considerações Iniciais

1 | Introdução

A Constituição Federal de 1988 assegura, em seus artigos 205 e 206, que é direito de todos o acesso ao ensino público gratuito e com padrão de qualidade. Quando olhamos para a história do Brasil, vemos que o acesso à educação foi marcado por fortes desigualdades, gerando efeitos perversos, principalmente para a população mais vulnerável, afinal, desigualdade educacional se reflete em desigualdade social. Até hoje o acesso à educação é um princípio desrespeitado em todos os níveis educacionais, desde a primeira etapa escolar, a creche.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) regulamenta a educação brasileira com base nos princípios da Constituição. De acordo com a LDB, a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e compreende a fase da creche (crianças de zero aos 3 anos de idade, cujas prerrogativas são o cuidado e o desenvolvimento da criança em seus aspectos cognitivos, psicomotores, emocionais e sociais) e da pré-escola (crianças de 4 e 5 anos de idade, cujas prerrogativas são aprimorar as habilidades assimiladas no período da creche, desenvolver novas capacidades e reforçar o desenvolvimento da autonomia da criança). Até 2013, a obrigatoriedade da educação se iniciava no ensino fundamental, aos 6 anos de idade, mas alterações na LDB tornaram obrigatória a matrícula das crianças a partir dos quatro anos de idade, ou seja, a partir da pré-escola, o que os educadores consideram um avanço significativo na dinâmica educacional do país.

A partir desse novo cenário, veio à tona a questão da creche, que continua sem caráter obrigatório, apesar de os especialistas em educação e psicologia infantil afirmarem que a etapa mais importante da educação é a primeiríssima infância, porque estimular o desenvolvimento integral saudável das crianças nessa etapa da vida garante que as próximas etapas sejam mais prósperas. Além disso, economistas têm sido categóricos ao afirmar que investir na primeiríssima infância é a política mais eficaz para quebrar o círculo da pobreza. Ou seja, a creche deve ser compreendida como uma ferramenta poderosa de enfrentamento da desigualdade social, e os investimentos para que isso aconteça devem começar, literalmente, desde o berço.

2 | Apresentação

Estima-se que, em 2021, a população do Brasil seja de 211 milhões de pessoas, correspondendo a 35,5 milhões de crianças (17% da população). Segundo dados, também de 2021, 4,8 milhões dessas crianças vivem em condição de extrema pobreza, em famílias com baixa escolaridade e em domicílios sem saneamento básico ou com acesso irregular à água potável. Esse cenário tão insólito é reflexo da desigualdade social, problema que vem se perpetuando ao longo da história do país.

Compreendendo que a Universidade Pública é um agente de transformação social, seja por meio da produção de conhecimento teórico, científico ou na busca por soluções para demandas da sociedade, este trabalho, referente à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, busca entender o que é a desigualdade social e como ela se manifesta no território. Com base nisso, se propõe a ser um instrumento de orientação ao demonstrar de que maneira a arquitetura e o urbanismo podem atuar como ferramentas de enfrentamento da desigualdade social quando estão inseridos em áreas de pobreza e são pensados a partir das necessidades e das problemáticas desse território.

Voltando à problemática anterior e entendendo a educação como o principal instrumento no combate à desigualdade social, destaca-se a urgência de se investir na primeiríssima infância para enfrentar a pobreza e reverter o cenário estruturalmente desigual em que vivem uma em cada seis crianças brasileiras.

3 | Justificativa

Este trabalho se propõe a atender uma necessidade real da Comunidade do Morro do Quilombo, território socialmente vulnerável e historicamente negligenciado pelo Poder Público, localizado em uma área altamente valorizada na região central de Florianópolis. Com base nisso, busca-se colaborar com a construção de uma cidade mais democrática e menos desigual e dar visibilidade a esse recorte territorial como forma de solidariedade e apoio à luta incessante dos moradores do Morro do Quilombo em busca de direitos e cidadania.

A profunda desigualdade social que existe no Brasil inviabiliza que pessoas, como os moradores do Morro do Quilombo, tenham acesso a creches e escolas de qualidade localizadas próximas de suas casas. Essa dinâmica se confirma no cenário atual da Comunidade, uma vez

que a distância média entre o Morro do Quilombo e as creches mais próximas é de 4,1 quilômetros. Soma-se a isso um serviço de transporte público precário e tem-se a dinâmica observada na prática pelas mães que precisam trabalhar, levar e buscar seus filhos na creche ou na pré-escola.

Entendendo a educação como ferramenta que gera cidadania, muda destinos cruéis e diminui o enorme abismo social que existe no país, destaca-se o potencial transformador que um equipamento educacional público e de qualidade representa dentro de uma área em situação de vulnerabilidade social ao atuar não apenas sobre as crianças atendidas nele, mas sim, em todos os moradores. Uma creche de qualidade dentro do Morro do Quilombo é um equipamento que garante direitos e deve estar estreitamente vinculado ao território e às demandas da Comunidade, para desempenhar um papel estratégico no enfrentamento da injustiça e da desigualdade social.

4 | Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho é formular a proposta de um projeto arquitetônico de uma creche no Morro do Quilombo que represente um espaço de pertencimento para a Comunidade conviver, exercer sua autonomia, integração e solidariedade. Para as crianças, a creche deve ser um espaço onde elas possam desenvolver o exercício da autogestão e da autonomia. A partir disso, o projeto arquitetônico e urbanístico passa a atuar como um instrumento poderoso no enfrentamento da desigualdade ao interferir no ambiente social onde está inserido.

5 | Objetivos específicos

Propor um espaço que atenda à demanda da Comunidade e contribua com a prática do exercício da autogestão, da solidariedade e do cooperativismo.

Elaborar uma proposta arquitetônica pautada no acolhimento e cuidado da criança e no desenvolvimento da sua plena autonomia.

6 | Metodologia

Serão feitos estudos e levantamentos sob o ponto de vista teórico-crítico: da questão da criança; de questões pedagógicas e de cuidados infantis; da questão urbana; da questão social das áreas de informalidade; da intervenção em áreas de interesse social; da relação que o Estado tem com essas áreas; do espaço construído e da especificidade da arquitetura educacional.

Esse percurso da pesquisa refere-se a levantamentos, leituras, entrevistas e mapeamentos da área.

Com base nisso, será definido: um programa arquitetônico e uma estratégia de implantação considerando o entorno urbano.

Breve relato do processo de pesquisa que resultou neste trabalho:

A partir da escolha do Morro do Quilombo como área de estudo, buscou-se uma aproximação com o local para conhecer as características socioespaciais da Comunidade, suas dinâmicas territoriais, demandas e potencialidades. A aproximação ocorreu por meio de conversas com moradores da Comunidade e de visitas à área realizadas juntamente com a presença de algum morador, algum membro da Associação do Bairro Itacorubi ou de uma agente de saúde vinculada ao Centro de Saúde do Itacorubi que atende à população do Morro.

Depois disso, avançou-se para a etapa de levantamento de dados e elaboração de mapas sobre a Comunidade e o território onde ela está inserida. Por fim, com base na análise dos dados, informações sobre a Comunidade e o contexto urbano ao qual ela pertence, juntamente aos apontamentos feitos pelos moradores e às potencialidades do local, concluiu-se que a proposta de um projeto arquitetônico educacional seria relevante e condizente com as demandas da Comunidade.

Partindo dessa delimitação, teve início a etapa de leituras e fichamentos acerca da educação com enfoque na Educação Infantil. Com a intenção de definir diretrizes e conceitos norteadores da proposta do projeto arquitetônico, consultou-se pedagogas do Centro de Ciências da Educação da UFSC para discutir abordagens educacionais que relacionam o desenvolvimento e a aprendizagem infantil ao espaço construído. Por fim, essas informações foram adaptadas ao contexto do Morro do Quilombo de maneira que possam atender à realidade e às carências das crianças que vivem na Comunidade.



2

Aproximação com a
Área de Estudo

1 | Aproximação com a área de estudo

Brasil | Santa Catarina



Santa Catarina



Florianópolis



Figura 1: Mapa de localização da área de estudo. Elaborado pela autora.

2 | O Morro do Quilombo no contexto de Florianópolis



Figuras 2, 3 e 4: A área de estudo no contexto de Florianópolis. Fonte: Google earth, 2020. Elaborado pela autora.

3 | Histórico da Comunidade

Obter informações acerca do histórico do Morro do Quilombo certamente foi uma das dificuldades deste trabalho. Desde o primeiro contato com a área surgiram questões a respeito de como e quando iniciou seu processo de ocupação, se o Morro foi um quilombo e quem foram seus primeiros moradores. Partindo em busca de respostas para essas perguntas encontrei informações incompletas e imprecisas, resultado da carência de registros catalogados e estudos desenvolvidos a respeito do Morro do Quilombo, como destaca Machado (2018, p.30), ao dizer que há “[...] poucos documentos disponíveis acerca da história e características da região [...]”, e Ogawa e Carvalho (2013, p. 152) ao

concluírem que “Diferente de outras localidades ilhoas, uma revisão historiográfica acerca deste pedaço de chão é praticamente inexistente.”

Sob essa perspectiva, os estudos que mencionam o histórico dessa região trazem informações fundamentalmente pautadas em relatos de moradores que vivem no local há muitos anos e cujos antepassados (pais ou avós) fizeram parte do início da formação da Comunidade. Essas informações convergem com o que foi dito também a mim nas ocasiões em que conversei informalmente com alguns moradores locais.

4 | Processo de ocupação e primeiros moradores

Reforçando que “Acerca do processo de ocupação do Morro do Quilombo, a literatura é praticamente inexistente” (OGAWA; CARVALHO, 2013, p. 157), avança-se a partir da afirmação de um morador ao relatar que

[...] na década de 1970, existia ali um terreno da prefeitura que a COMCAP utilizava para “retirar pedra”. Neste período, a companhia era responsável pela cobrança de taxas de melhorias e de pavimentação à Prefeitura Municipal de Florianópolis, além de desenvolver programas de pavimentação comunitária. Depois que grande parte das “pedras” foi retirada, o terreno ficou ocioso, abrindo precedente para o início de ocupações irregulares. (OGAWA; CARVALHO, 2013, p. 155 e 156, grifos dos autores).

Já o início do processo de venda de terrenos nessa área é mais antigo e remete à década de 50, período em que um dos moradores foi “[...] responsável pelas vendas da maioria dos lotes da Servidão Violetas Azuis e na região do Pé da Jaca. Ele era conhecido como um ótimo negociador.” (MACHADO, 2018, p.49). O processo de venda se estendeu até as décadas de 60 e 70 quando “[...] havia a venda de terrenos a preços abaixo da média do mercado e ocupação irregular dos terrenos [...]” (MACHADO, 2018, p.49).

Durante o processo de ocupação da área era evidente a diferença que havia entre o Morro e o restante do Bairro Itacorubi no que se refere ao tipo de ocupação e à velocidade com que ela acontecia. De acordo com Ogawa e Carvalho (2013, p. 160, grifos dos autores),

A região do Morro era ocupada de maneira esparsa e rarefeita, se comparada com a região de planícies, onde se estabelecia o pequeno núcleo de povoamento do Itacorubi. [...] As casas se dispunham em porções de terra relativamente grandes que, nas memórias de nossos *narradores* apareceram com a denominação de “chácaras”.

Os primeiros dados que mencionam os moradores dessa área datam de 1992 e informavam que “[...] a maioria das 85 famílias estabelecidas era ‘oriunda do interior do Estado de Santa Catarina, principalmente da região do planalto serrano’, existindo também famílias do ‘Paraná e uma do Nordeste.’” (OGAWA; CARVALHO, 2013, p. 168, grifos dos autores).

5 | A área foi um Quilombo?

Em relação ao nome ‘Quilombo’, é possível inferir “[...] que a comunidade foi um refúgio de escravos. Entre os relatos, uma das moradoras, por exemplo, mencionou que seu pai viveu o período em que os escravos realizaram a instalação do sistema de encanamento na comunidade.” (MACHADO, 2018, p.66). Deste modo, reforça-se a tese de que “A localidade fora precursoramente ocupada por ‘negros’, alguns deles escravos, fomentando a ideia de sua constituição no passado como um quilombo, um local de resistência e refúgio de cativos.” (OGAWA; CARVALHO, 2013, p. 157 e 158, grifo dos autores).

Já a nomenclatura ‘Morro’ foi adicionada ao termo ‘Quilombo’ somente na década de 90, durante o mandato do Prefeito Sérgio Grando (1993 – 1996), quando

[...] houve um edital que liberava verba para linhas de ônibus que circulam em morros. Para o município beneficiar a comunidade com esta linha específica, precisou adicionar o vocábulo [...]. Então se não fosse assim ele não poderia implantar o ônibus, então por isso ficou “Morro do Quilombo”. Porque antes era “Ah mora aonde? moro (sic) no Quilombo”. Era assim que se dizia: moro no Quilombo ou moro na Rua do Quilombo e não no Morro do Quilombo. O Morro foi apelidado em virtude dessa verba que veio do governo [...]” (MACHADO, 2018, p.46, grifos da autora).



3

Caracterização e
Análise da
Área de Estudo

1 | Considerações iniciais

Com a intenção de compreender as características e condicionantes físicas do Morro do Quilombo, foram elaborados e analisados mapas do local. Já a pesquisa sobre a infraestrutura urbana será feita por meio de fotos do território.

Além disso, outras características do território merecem atenção. Observando-se as imagens da Comunidade, percebe-se que as ruas estão vazias de pessoas indicando que a rua não é considerada como espaço de permanência. Pode-se destacar a existência de diversos condicionantes físicos que explicam esse comportamento por parte dos moradores, como calçadas estreitas ou inexistentes, caminhos permeados por muros que causam sensação de insegurança e hostilidade, ruas estreitas onde o espaço é disputado com carros, ônibus e caminhões e ausência de locais de descanso ou de proteção a intempéries ao longo da subida do Morro.

Cabe ressaltar que a Comunidade localiza-se em uma área cuja altitude inicial é de aproximadamente 10 metros e avança em direção ao topo do Morro até a altitude de 175 metros. Essa configuração do relevo agrava consideravelmente os aspectos citados.

Paralelamente aos condicionantes físicos que desestimulam ou inviabilizam a permanência nos espaços públicos da Comunidade, ruas vazias de pessoas também indicam sensação de insegurança em se permanecer nesses espaços. Existe, portanto, uma dinâmica que se retroalimenta, pois ruas vazias causam sensação de insegurança e, quanto mais vazias, mais inseguras as ruas se tornam.

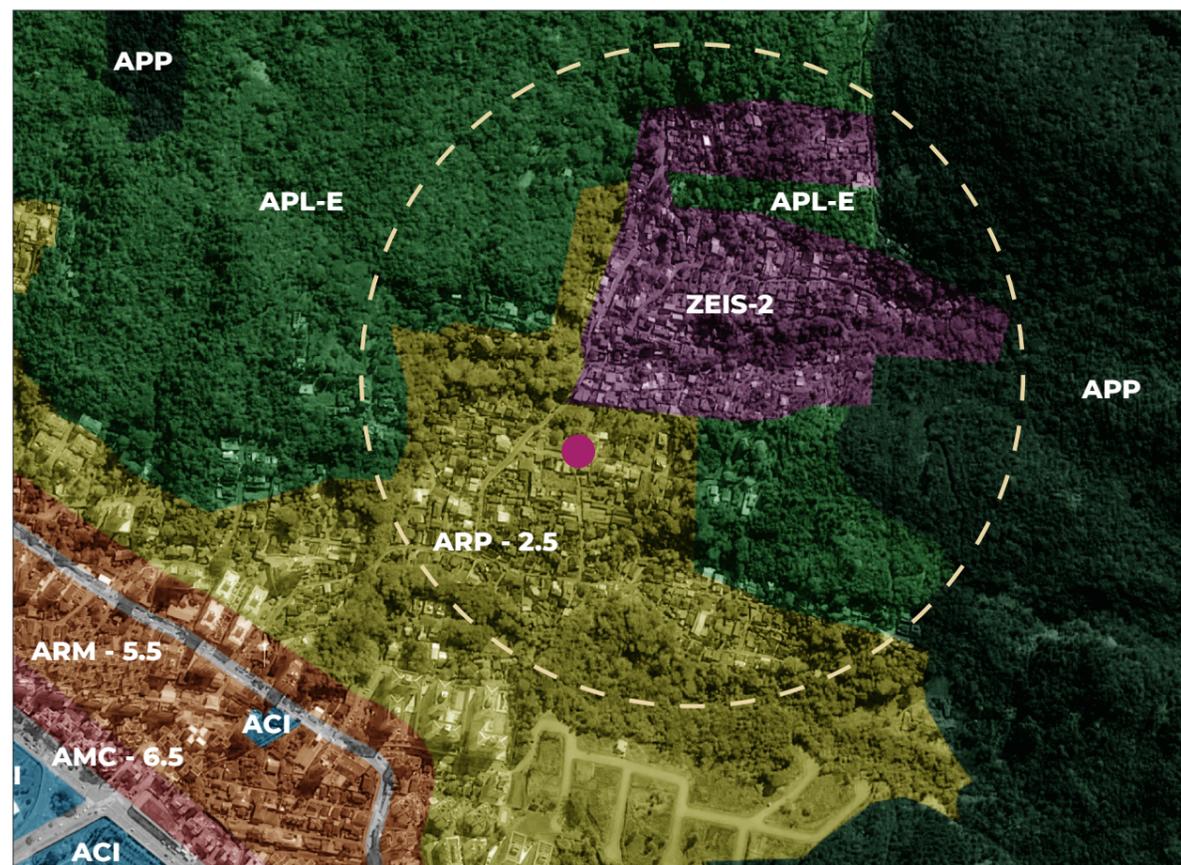
Sem perder de vista os problemas citados anteriormente, amplia-se a perspectiva de análise destacando as diferenças expressivas que existem entre a área residencial predominante (ARP) e a área de ZEIS no que se refere à configuração e à

infraestrutura urbana. As ruas localizadas na ARP são pavimentadas com asfalto ou com piso intertravado de concreto, há pontos de ônibus e calçadas (apesar das ressalvas já mencionadas sobre essa questão). Na área de ZEIS, entretanto, há ruas sem pavimentação e sem calçada, não há pontos de ônibus, somente placas indicando os locais de embarque e desembarque, o acesso a muitas moradias só é possível por meio de escadarias longas e muito íngremes e há esgoto a céu aberto em inúmeros locais.

Esse cenário torna-se ainda mais alarmante ao se considerar que é na área de ZEIS que o processo de expansão das ocupações continua ocorrendo com maior intensidade.

2 | Zoneamento

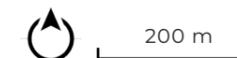
De acordo com a legislação vigente (Plano Diretor de Florianópolis, 2014), percebe-se que o Morro do Quilombo é circundado por APP e APL-E (áreas sobre as quais as ocupações continuam avançando). As regiões edificadas dividem-se em ZEIS e ARP. Destaca-se que, em 2014, a área de intervenção (sinalizada no mapa), classificava-se como ARP e que, atualmente, ela é classificada como Área Comunitária/Institucional (ACI).



Elementos do mapa

- ZEIS 2 | Zona Especial de Interesse Social | Tipo 2
- ARP - 2.5 | Área Residencial Predominante | 2 Pavimentos | Taxa de ocupação 50%
- ARM - 5.5 | Área Residencial Mista | 5 Pavimentos | Taxa de ocupação 50%
- AMC - 6.5 | Área Mista Central | 6 Pavimentos | Taxa de ocupação 50%
- ACI | Área Comunitária/Institucional
- APL-E | Área de Preservação de Uso Limitado - Encosta
- APP | Área de Preservação Permanente
- Área de intervenção

Figura 5 - Mapa de Uso e Ocupação do Solo de acordo com o Plano Diretor de Florianópolis de 2014. Sistema Projetado de Coordenadas, Datum SIRGAS 2000. Sistema de Projeção: UTM fuso 22S. Fonte de dados: PMF, 2014. Imagem: Google Satellite. Adaptado pela autora.



3 | Cheios e Vazios

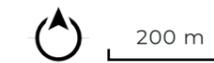
Analisando o mapa de cheios e vazios do tecido urbano, observa-se o adensamento das edificações mesmo nas regiões mais íngremes do Morro, indicando a consolidação da ocupação nessas áreas. Na parte nordeste do Morro observa-se que há fragmentação e presença de edificações isoladas, sinalizando que o processo de ocupação está avançando nessa direção. Analisando também o entorno da Comunidade, percebe-se que grande parte dela é delimitada por vazios referentes às áreas de preservação permanente e de encosta onde a morfologia do terreno é muito íngreme e a vegetação é densa. Na porção sul do Morro é possível ver grandes edificações correspondentes aos condomínios residenciais de classe média e alta do bairro Itacorubi.



Elementos do mapa

Edificações

Figura 6 - Mapa de Cheios e Vazios. Sistema Projetado de Coordenadas, Datum SIRGAS 2000. Sistema de Projeção: UTM fuso 22S. Fonte de dados: PMF, 2012. Imagem: Google Satellite. Adaptado pela autora.



4 | Equipamentos Urbanos | Creches Municipais

Com o mapa das creches municipais pretende-se sinalizar e destacar as distâncias percorráveis entre um ponto central do Morro do Quilombo e as creches mais “próximas” a ele. Há a necessidade de se considerar que estamos falando do deslocamento de/com crianças até essas creches e que ir até elas de transporte público requer, em muitas das vezes, mais de uma condução. Esse contexto evidencia a importância de haver uma creche dentro do Morro do Quilombo, uma vez que, no cenário atual, as mães precisam percorrer, em média, 4,1 Km para levar seus filhos até uma creche.

5 | Mapas Complementares

Com a intenção de ampliar e aprofundar a análise das características e condicionantes físicas do Morro do Quilombo, foram elaborados mapas complementares que são apresentados no **caderno de anexos**.



Elementos do mapa

- NEIM Joaquina Maria Peres
- NEIM Santo Antônio de Pádua
- NEIM Judite Fernandes de Lima
- NEIM Orlandina Cordeiro
- NEIM Waldemar da Silva Filho
- NEIM Nossa Senhora de Lurdes
- NEIM Carlos Humberto P. Corrêa
- NEIM João Machado da Silva

* NEIM: Núcleo de Ensino Infantil Municipal

Figura 7 - Mapa de Equipamentos Urbanos e distância entre a área de intervenção e as creches localizadas no seu entorno. Sistema Projetado de Coordenadas, Datum SIRGAS 2000. Sistema de Projeção: UTM fuso 22S. Imagem: Google Satellite. Elaborado pela autora.





4

Caracterização
Socioeconômica

1 | Desigualdade socioespacial: abordagem de natureza introdutória

A sociedade brasileira é altamente desigual e essas desigualdades são espelhadas cotidianamente nas cidades. Quando se fala de desigualdade socioespacial, fala-se especialmente da questão da moradia e da distribuição das infraestruturas urbanas no território. Geralmente, uma parcela da cidade é atendida com os investimentos e melhorias urbanas e outra parcela da cidade é deixada de lado. Esse processo de urbanização agrava as desigualdades.

O Brasil é o país mais desigual do mundo, o que mais concentra renda. Somos uma sociedade que se construiu por lógicas econômicas e sociais desiguais. Somos, portanto, uma sociedade estruturalmente desigual. De acordo com Flávio Villaça, o problema do Brasil não é a pobreza, o problema do Brasil é a desigualdade. O Brasil não é um país pobre, é um país desigual e essa desigualdade mostra a perversidade do nosso país. Quando isso é repassado ao espaço urbano, as diferenças se escancaram. As cidades podem ser compreendidas como um grande conjunto de infraestruturas em torno das quais a vida urbana se desenvolve, entendendo-se por infraestrutura a rua que passa em frente à casa, a escola, o sistema de transporte, os serviços de fornecimento de água e luz elétrica, de coleta de esgoto. Infraestrutura urbana, portanto, é tudo com o que estão acostumadas as pessoas que moram nas áreas privilegiadas das cidades. Cabe destacar que essa afirmação já evidencia a perversidade da desigualdade no Brasil, onde se considera privilegiado quem mora em locais com acesso ao fornecimento de água e energia elétrica.

É necessário entender, então, que o espaço urbano é socialmente produzido a partir dessas infraestruturas. As

cidades, portanto, refletem espacialmente as dinâmicas da nossa sociedade.

Ampliando a perspectiva de análise, destaca-se que esse tipo de produção das cidades é chamada de produção social do urbano, porque ela é feita por um ente (o Estado), que produz a cidade em nome da população. Ou seja, cabe ao Estado fazer infraestrutura de coleta de esgoto, pavimentar ruas, construir equipamentos de saúde, educação, etc. O problema é que, apesar de estar representando toda a população, ele decide qual parte dela será atendida com a oferta dessas infraestruturas e qual não terá acesso a elas.

Fica evidente, portanto, como é gigantesco o poder do Estado na produção do espaço urbano, porque ao decidir produzir infraestrutura de forma concentrada e não homogênea no território da cidade, ele vai produzir uma enorme desigualdade social devido às diferenças de condições de acesso da população a essas infraestruturas.

Essa dinâmica justifica por que as cidades brasileiras são estruturalmente desiguais e pautadas em uma lógica perversa, pois para produzir infraestrutura urbana, o Estado precisa de toda a população que contribui com essa produção por meio de atividades econômicas, pagamento de impostos, seus trabalhos, etc. Ou seja, todos pagam, mas apenas uma pequena parcela da população tem acesso à infraestrutura e aos serviços urbanos. É dessa forma que a desigualdade socioespacial se repete e perpetua no país.



2 | Conceito de vulnerabilidade social

Partindo da compreensão de que a segregação urbana não se refere apenas a áreas de pobreza, sem ou com pouco acesso a bens e serviços, entende-se que a segregação não está atrelada somente ao fator renda.

O termo *vulnerabilidade social*, portando, é mais apropriado para se referir a populações excluídas e expostas a diversas situações de precariedade, pois refere-se à condição na qual o indivíduo ou grupo social não tem ativos materiais e imateriais para lidar e, conseqüentemente, sair da situação de pobreza.

Isso explica por que o conceito de *vulnerabilidade social* é usado para definir os lugares onde as pessoas não têm acesso a serviços e direitos básicos de cidadania, como habitação, saneamento, educação, trabalho, etc.

3 | As duas dimensões da desigualdade: a social e a espacial

Quando se utiliza o termo *desigualdade socioespacial*, estamos nos referindo às duas formas como a desigualdade se manifesta. A social diz respeito à renda, escolaridade, ocupação. Já a espacial refere-se à localização dos grupos sociais no território e como essa localização resulta no acesso desigual a serviços, oportunidades de emprego, lazer, mobilidade urbana, entre outros.

4 | Favela.

Assentamento irregular.

Assentamento precário.

Assentamento consolidado. Comunidade.

Como chamar?

Todos esses conceitos referem-se à informalidade do mercado de terras e, citando Sugai e Peres (2006, p. 17 e 18, grifos dos autores),

O termo *assentamento consolidado* tem em comum com a *favela*, o grau incompleto ou precário de infraestrutura urbana e de determinados serviços, considerando que alguns serviços podem ter ou não apoio do órgão público. No entanto, o elemento comum às duas conformações (favela e assentamento consolidado) e a todas situações que envolvem a informalidade do mercado de terras é a existência de posse ilegal, irregular, informal ou clandestina dos terrenos, sejam eles servidos ou não de infraestrutura. Por outro lado, deve-se evidenciar que, como indicam muitos autores, mais do que a insegurança da posse, certamente a ausência de infraestrutura e a dificuldade de superar essa condição se constituem 'nos principais critérios para definir assentamentos irregulares'. [...] Deve-se ressaltar, no entanto, o uso disseminado pelo poder público catarinense, pela população, pela imprensa local e também pelos próprios moradores dos assentamentos, do termo '*comunidades*' ou '*comunidades carentes*'. Entre outros significados, esse tratamento evidencia uma tentativa de mascarar a condição de pobreza, a segregação e a exclusão dessa população, além de retirar sua condição de sujeitos e de diluir as contradições e conflitos dentro desses espaços de pobreza.

5 | Florianópolis e segregação socioespacial

“O espaço urbano é um território de disputas. Quanto mais desigual uma sociedade, mais desiguais e injustas são as condições e os resultados dessa disputa. A segregação urbana é um estratagema utilizado pela classe dominante para potencializar os poderes econômico e político dos quais ela se utiliza nessa disputa. A segregação é um processo necessário para que haja dominação através do espaço.”

Flávio Villaça

O município de Florianópolis é formado pela Ilha de Santa Catarina (424,4 km²) e por um pequeno território continental (12,1 km²). Desde a década de 70 vem se consolidando o processo segregativo na capital catarinense

[...] fortalecido por suas especificidades territoriais, que contribui para promover esse processo de separação física, social e de investimentos públicos, privilegiando a ilha em detrimento das áreas situadas no continente. [...] Florianópolis, cuja maior parte se situa na ilha, nos últimos anos vem sendo difundida como uma referência em termos de qualidade de vida urbana, apresentando indicadores extremamente favoráveis quanto à infraestrutura urbana, aos serviços públicos, à expectativa de vida e ao rendimento médio de seus habitantes, e que supostamente teria conseguido reduzir a pobreza. (SUGAI; PERES, 2006, p. 11).

Se considerarmos, porém, a área conurbada formada por Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu que

[...] apresentam hoje expressiva integração socioeconômica, com uma significativa continuidade do

tecido interurbano e com intensos deslocamentos cotidianos e mobilidade residencial interna de seus habitantes, (SUGAI; PERES, 2006, p. 18),

o cenário é bem diferente da imagem fortemente difundida da Ilha da Magia, uma vez que “[...] 10% da população vive abaixo da linha de pobreza, sendo que 64,2% destes habitam os bairros situados na parte continental.” (SUGAI; PERES, 2006, p. 12), e “[...] cerca de 14% dos habitantes da área conurbada vivem em condições de pobreza e em ocupações ilegais e precárias.” (SUGAI; PERES, 2006, p. 15).

O processo de surgimento e consolidação das áreas informais na área conurbada de Florianópolis é dividido, historicamente em três momentos, sendo que o primeiro deles ocorreu no final do século XIX, o segundo ao longo da década de 70, e o terceiro durante a década de 90, quando ocorreu

[...] além do adensamento de áreas de ocupação mais antigas, [...] também o aumento significativo do número de áreas de assentamentos precários nas periferias, tanto na Ilha [...] como no continente. (SUGAI; PERES, 2006, p. 21).

Assim, chega-se ao século XXI avançando e consolidando os processos segregativos “[...] tanto do isolamento da população pobre como da auto segregação das elites em condomínios [...].” (SUGAI; PERES, 2006, p. 23).

Para evidenciar o cenário de pobreza que existe na área conurbada de Florianópolis, seguem dados referentes ao ano de 2005: nos municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu havia 171 favelas e assentamentos consolidados, ocu-

tados por 111.144 pessoas, representando 15% da população da área conurbada de Florianópolis. Desses assentamentos, 61 localizavam-se em Florianópolis, 67 em São José, 26 em Palhoça, 16 em Biguaçu. (SUGAI; PERES, 2006).

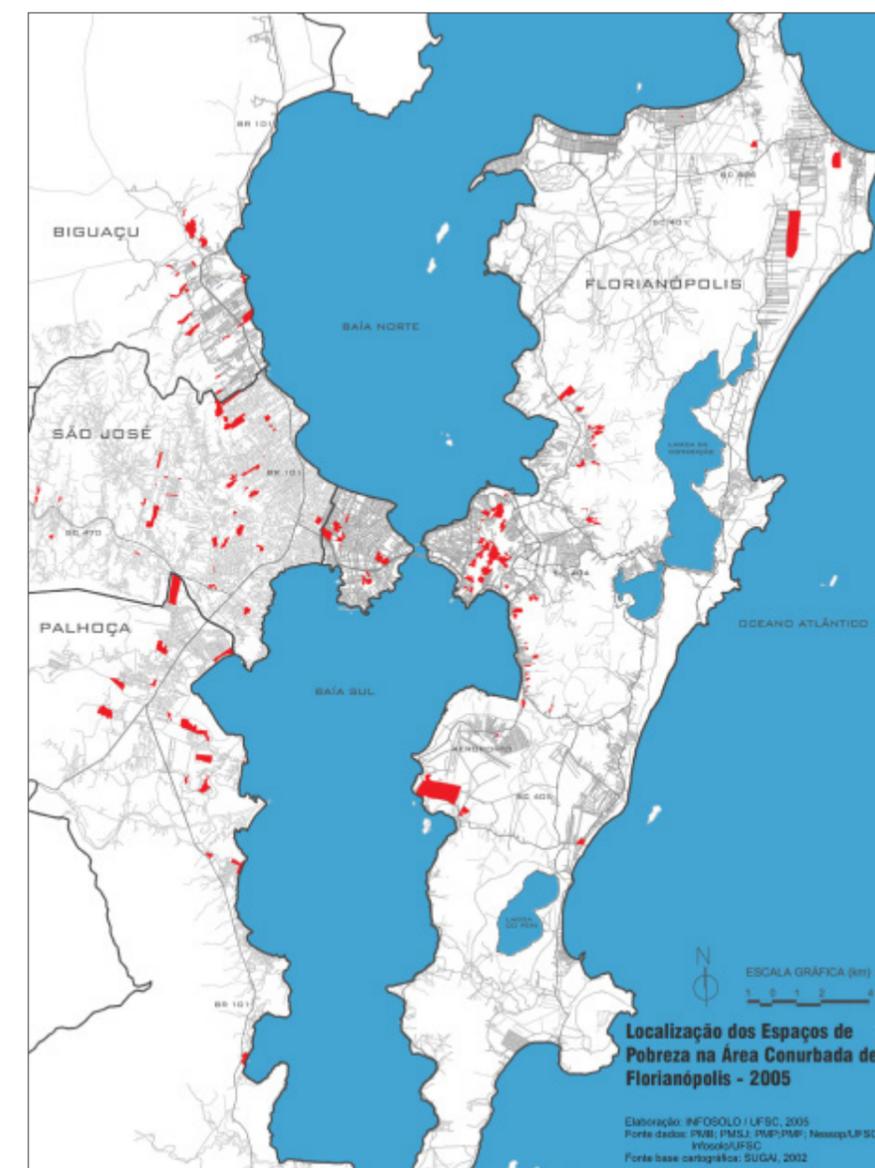


Figura 8 - Localização dos Espaços de Pobreza na Área Conurbada de Florianópolis - 2005. **Elaboração:** INFOSOLO/UFSC, 2005.

6 | Floripa, a Ilha da Magia?

No final da década de 80, Florianópolis começou a ser chamada de Floripa, ou Ilha da Magia, com a finalidade de se inserir no mercado internacional de turismo, difundindo a imagem de ser uma cidade com índices sociais e econômicos de primeiro mundo. (SUGAI, 2015). A mídia hegemônica propaga e defende essa imagem da cidade até hoje, em consonância com o discurso da classe dominante. Para exemplificar como essa dinâmica acontece e é constantemente reforçada e reafirmada, seguem algumas manchetes recentes de grandes veículos de comunicação de Florianópolis e de Santa Catarina.

4 motivos que fazem de Florianópolis uma das melhores cidades do país para se viver

Florianópolis, uma cidade de muitos valores e a 5ª melhor do Brasil para se viver

É importante perceber que essas notícias transmitem a ideia de homogeneidade, como se a qualidade de vida em Florianópolis fosse a mesma para toda a população, como se todos tivessem acesso aos mesmos recursos sociais e econômicos e fossem atendidos igualmente pelas políticas e pelos investimentos públicos.

Quando esses veículos de comunicação referem-se às áreas de pobreza da cidade, a abordagem é completamente diferente e sempre está pautada na violência, associando essas áreas apenas com a criminalidade. Em caráter de exemplificação, seguem notícias publicadas a respeito do Morro do Quilombo.

Diante dessas duas realidades drasticamente opostas, que

Menino de 15 anos é morto pela PM no Morro do Quilombo

Operação no Morro do Quilombo visa identificar facção criminosa que atua na região

escancaram a segregação espacial que existe em Florianópolis, cabe o questionamento: por que elas existem e se mantêm? Citando Sugai (2015),

Reconhece-se que os espaços altamente desiguais que apresentam as regiões metropolitanas brasileiras resultam, ou mais precisamente, são produzidos pela enorme desigualdade social. Mas são em seus espaços intraurbanos – onde o espaço permeia as relações sociais – que as desigualdades, as injustiças, as violências e as contradições se materializam. [...] O fenômeno das segregações que “destroem morfologicamente a cidade e ameaçam a vida urbana”, não resultam de acaso nem de conjunturas locais, alertava Lefébvre. A segregação prevalece porque “social e politicamente, as estratégias de classes (inconscientes ou conscientes) visam à segregação.” (LEFÉBVRE, 1969, p. 89 e 90 *apud* SUGAI, 2015, p. 34 e 35).

7 | Morro do Quilombo: área de pobreza em região nobre de Florianópolis

Conforme dito anteriormente, em 2005 havia 61 assentamentos irregulares em Florianópolis. O Morro do Quilombo faz parte deles.

Partindo dessa compreensão, é relevante destacar que a Comunidade está localizada em um dos bairros mais ricos da cidade, o Itacorubi. De acordo com dados do Censo de 2000,

“[...] em apenas seis (!) dos 121 bairros em que a área conurbada [de Florianópolis] foi dividida – Centro, Agronômica, Itacorubi, Córrego Grande, Santa Mônica e Trindade – morava mais da metade (54,6%) dos responsáveis por domicílios com rendimentos maiores que 30 salários mínimos. Ou seja, em apenas 0,05% dos bairros moravam 54% dos mais ricos.” (SUGAI, 2015, p. 14 e 15).

Esses dados expressam o abismo social que existe entre o Morro do Quilombo e o bairro de Florianópolis onde ele está inserido.

8 | A desigualdade social em números

Concluída a breve explanação sobre como a pobreza se manifesta e onde está localizada na área conurbada de Florianópolis, e sobre alguns conceitos fundamentais para se compreender a segregação socioespacial, no **caderno de anexos** parte-se para a exposição e análise dos indicadores socioeconômicos referentes à Florianópolis, ao bairro Itacorubi e ao Morro do Quilombo. Traçando um paralelo entre os valores dos indicadores nessas três escalas, busca-se evidenciar a profunda desigualdade que existe entre o Morro do Quilombo, seu entorno imediato (o bairro), e a cidade de Florianópolis.

Fonte: Jornal NSC Total, 2019. Disponível em: <https://www.nscototal.com.br/noticias/4-motivos-que-fazem-de-florianopolis-uma-das-melhores-cidades-do-pais-para-se-viver>. Acesso em: 18 maio 2021.

Fonte: Jornal ND Mais, 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/cultura/florianopolis-uma-cidade-de-muitos-valores-e-a-5a-melhor-do-brasil-para-se-viver/>. Acesso em: 18 maio 2021.

Fonte: Tudo Sobre Floripa, 2020. Disponível em: http://www.tudosobrefloripa.com.br/index.php/desc_noticias/menino_de_15_anos_e_morto_pela_pm_no_morro_do_quilombo. Acesso em: 18 maio 2021.

Fonte: Correio de Santa Catarina, 2021. Disponível em: <https://www.correiosc.com.br/operacao-no-morro-do-quilombo-visa-identificar-facao-criminosa-que-atua-na-regiao/>. Acesso em: 18 maio 2021.

9 | Cenário da infância em Florianópolis

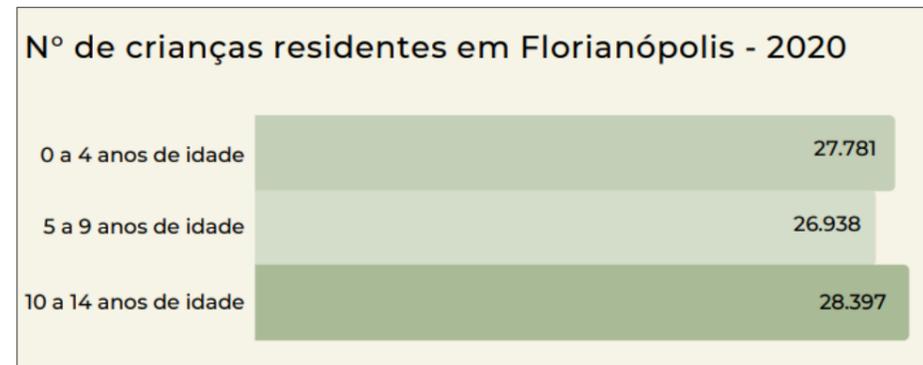


Figura 9 - Cenário da infância em Florianópolis - 2020. **Fonte:** DATASUS. Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE. Adaptado pela autora.

10 | Cenário da infância no Morro do Quilombo

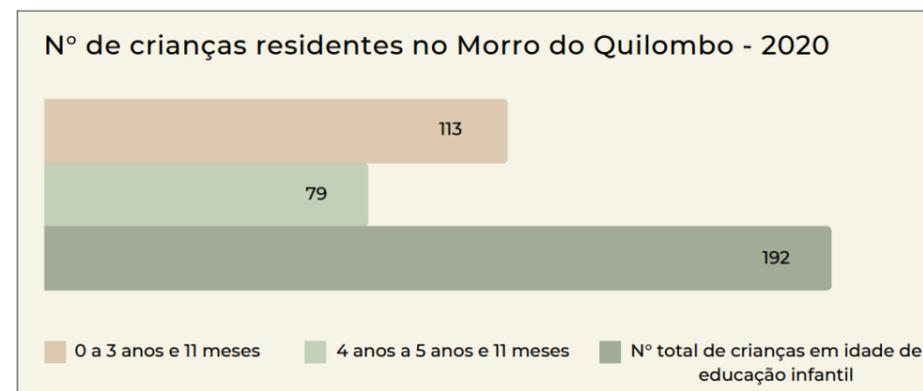


Figura 10 - Cenário da infância no Morro do Quilombo - 2020. **Fonte:** Associação do Bairro Itacorubi (ABI). Levantamento realizado em dezembro de 2020. Adaptado pela autora.

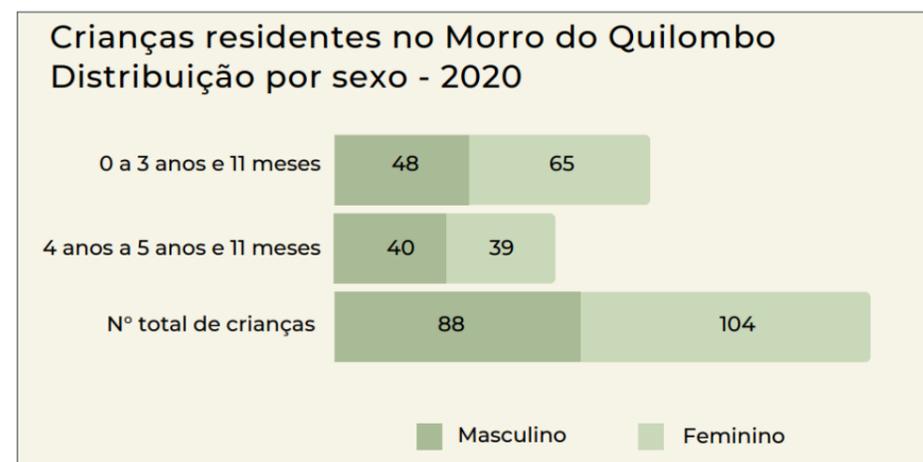


Figura 11 - Cenário da infância no Morro do Quilombo - 2020. **Fonte:** Associação do Bairro Itacorubi (ABI). Levantamento realizado em dezembro de 2020. Adaptado pela autora.

11 | Parcialização do atendimento à pré-escola: a estratégia por trás da universalização do acesso à educação infantil em Florianópolis

A Lei Federal 12.796/2013 estabeleceu a obrigatoriedade da matrícula de crianças na Educação Básica a partir dos quatro anos de idade, o que impõe aos municípios tarefas imprescindíveis à ampliação da rede de ensino e melhoria na qualidade de seus serviços para atender a essa demanda e fortalecer a integração com as etapas posteriores.

Em caso de não haver vaga em um Núcleo de Educação Infantil Municipal (NEIM), o responsável pela criança, amparado pelo art. 5º da LDB, pode acionar o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) que, imediatamente determina à Prefeitura que disponibilize uma vaga para essa criança.

Os municípios de Santa Catarina, com a intenção de ampliar o número de vagas na pré-escola sem precisar investir em novas unidades de Núcleos de Educação Infantil, têm utilizado uma estratégia insidiosa ao parcializar o atendimento em praticamente todos os NEIM dobrando, instantaneamente, a oferta do número de vagas para essa faixa etária de crianças.

Em Florianópolis, o processo de parcialização do atendimento começou a ser executado em 2016, durante o último ano de mandato do ex-prefeito César Souza Júnior.

Florianópolis reduz a quase zero a fila de espera na educação infantil

Na prática isso significa que, se antes as crianças de quatro e cinco anos de idade eram atendidas em jorna-

da integral (de manhã e de tarde), atualmente elas são atendidas somente em jornada parcial (de manhã ou de tarde).

Essa estratégia, apesar de ser absolutamente arbitrária, tem sido utilizada para propagar a ideia da universalização do acesso à pré-escola em Florianópolis. As crianças de fato estão matriculadas, mas de que adianta se só frequentam a pré-escola em meio turno? É evidente o impacto que essa dinâmica tem sobre a vida das famílias mais vulneráveis, pois elas não podem pagar para alguém cuidar dessas crianças no período em que elas não são atendidas nos Núcleos de Educação Infantil. Como ficam as mães que trabalham sem ter onde deixar seus filhos? Claramente, nenhuma dessas questões importam aos políticos que agem de forma tão permissiva ao fazer esse tipo de artimanha.

Paralelamente a isso, como a creche continua sem ter caráter obrigatório, o cenário de escassez de vagas permanece sendo uma realidade que aflige quem têm filhos de zero a 3 anos de idade e, muitas vezes, impede que as mães dessas crianças possam trabalhar, pois não têm onde, nem com quem deixar as crianças.

Florianópolis tem 12 creches com obras atrasadas e mais de 1,3 mil crianças na fila de espera

Falta de vagas em creche afeta rotina de moradores de Florianópolis

É preciso destacar que o problema tem dimensões ainda mais amplas, pois as crianças que não são atendidas em creches desde os primeiros meses de vida têm o seu desenvolvimento comprometido e isso se refletirá em todas as etapas futuras da educação dessas crianças. No capítulo 5 deste trabalho, que trata especificamente sobre o tema da educação infantil, essa questão será abordada com mais detalhes.

12 | N° de matrículas iniciais na creche em período integral ou parcial | Florianópolis | 2021

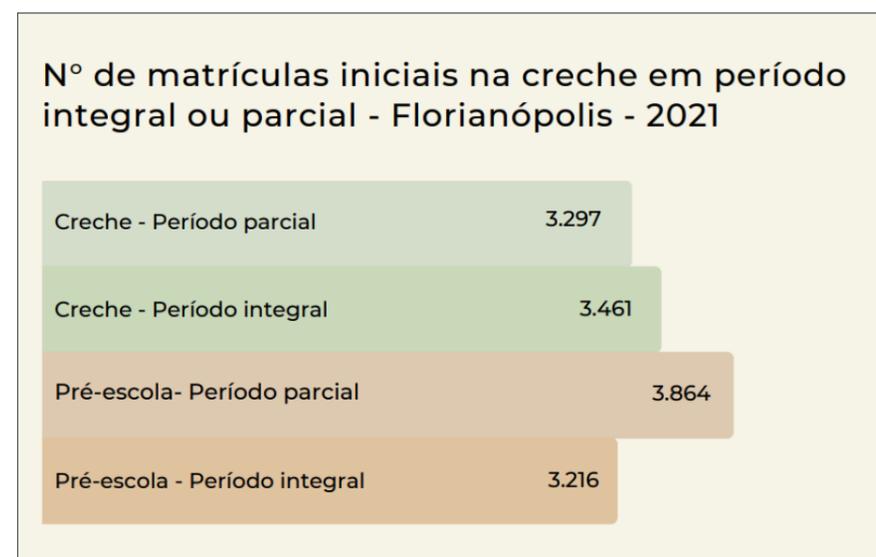


Figura 12 - N° de matrículas iniciais na creche em Florianópolis.
Fonte: Censo Escolar - 2021. Adaptado pela autora.

13 | A carência de dados oficiais sobre o Morro do Quilombo

A partir da exposição dos gráficos, também é possível constatar a carência de dados sobre o Morro do Quilombo, o que, desde o início, se mostrou como uma das dificuldades do processo de pesquisa deste trabalho. Diante disso, os poucos dados oficiais sobre a Comunidade foram adquiridos por meio do Centro de Saúde do Itacorubi, responsável por atender

o Morro do Quilombo. Porém, essas informações não estão publicadas no site da Prefeitura, dificultando muito o acesso a elas. Já os dados referentes ao número de crianças que moram na Comunidade são resultado de um levantamento feito pela Associação do Bairro Itacorubi (ABI) em dezembro de 2020.

A falta de levantamentos de dados é mais uma expressão do descaso e desinteresse do poder público municipal em relação ao Morro do Quilombo. O único documento oficial que faz referência a esse território é o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis (PMHIS), publicado em 2012, onde são encontradas as seguintes informações:

Número de habitantes: 161;

Área habitada: 10,53 Km²;

Início da ocupação: 1941;

Tipo de risco: escorregamento;

Rede parcial de água, de energia elétrica e de drenagem: não há rede de esgoto.

Destaca-se que as informações que constam no PMHIS estão em desacordo com o cenário quantitativo atual da Comunidade, ao indicar, por exemplo, que a população total do Morro do Quilombo, em 2012, era formada por apenas 161 pessoas.

14 | Considerações finais

Com base nos dados apresentados, fica evidente que é alarmante o cenário da pobreza, da educação infantil e da infância no país. É perversa a realidade das milhões de crianças que já nascem em situação de pobreza extrema e total desamparo de políticas públicas. A dimensão dos reflexos desse cenário sobre a vida e o futuro dessas crianças é incalculável, como explicado a seguir.

NEUROCIÊNCIA

Pobreza prejudica o desenvolvimento do cérebro na infância

Está comprovado que **a pobreza tem estreita relação com os baixos níveis de desempenho escolar**. Essa condição que prejudica as crianças que crescem em famílias com problemas financeiros é bem conhecida. Enquanto se trata de responder aos múltiplos fatores que causam o problema, começa a se consolidar uma nova variável que ajuda a explicá-lo: o desenvolvimento cerebral das crianças em situação de pobreza.

Pesquisas apontam que a massa cinzenta se desenvolve de maneira insuficiente durante uma infância cheia de carências. Isso se explica porque as estruturas cerebrais destinadas a processos críticos da aprendizagem são vulneráveis às circunstâncias ambientais da pobreza, como o estresse, a baixa estimulação e a alimentação. Os fatores são tão relacionados que os estudos apontam que problemas de desenvolvimento cerebral explicariam até 20% do baixo desempenho escolar das crianças com poucos recursos, concluindo que a falta de desenvolvimento da massa cinzenta explicaria entre 15% e 20% dos déficits de aprendizagem dos alunos que vivem abaixo da linha de pobreza.

As evidências sobre o impacto da pobreza no desenvolvimento infantil dá um novo significado à importância de proteger e melhorar o ambiente propício ao desenvolvimento das crianças durante os primeiros anos de vida. (SALAS, 2015).

Fonte: Jornal ND Mais, 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/educacao/florianopolis-reduz-a-quase-zero-a-fila-de-espera-na-educacao-infantil/> Acesso em: 05 julho 2021.

Fonte: Jornal ND Mais, 2019. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/falta-de-vagas-em-creche-afeta-rotina-de-moradores-de-florianopolis/>. Acesso em: 25 maio 2021.

Fonte: El País, 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/21/ciencia/1437472152_294616.html. Acesso em: 25 maio 2021.



5

Educação Infantil:
Contextualização
do Tema

1 | Educação infantil | Considerações iniciais

Desde as últimas décadas do século XX, a educação infantil vem se expandindo no Brasil e no mundo acompanhando a intensificação do processo de urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estrutura das famílias. Paralelamente a isso, a sociedade tem compreendido a importância das experiências vividas na primeira infância. No Brasil, este cenário resultou em movimentos da sociedade civil e de órgãos governamentais para que as crianças pequenas (de zero a seis anos) tivessem seu atendimento reconhecido na Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 1998).

A partir de então, a educação infantil em creches e pré-escolas passou a ser, ao menos do ponto de vista legal, um dever do Estado e um direito da criança (artigo 208, inciso IV). O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, destaca também o direito da criança a este atendimento. Reafirmando essas mudanças, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [...] estabelece de forma incisiva o vínculo entre o atendimento às crianças de zero a seis anos e a educação. (BRASIL, 1998, p. 11).

Nessa perspectiva, a educação infantil baseia-se na promoção e garantia do desenvolvimento da autonomia e cidadania da criança.

Dito isso, cabe destacar que, historicamente, a educação infantil esteve fortemente associada a concepções de educação assistencialista voltada ao atendimento de crianças pobres e pautada em uma visão absolutamente estigmatizada da população de baixa renda.

Constituir-se em um equipamento só para pobres, [...] significou em muitas situações atuar de forma compensatória para sanar as supostas faltas e carências das crianças e de suas famílias. Nessa perspectiva, o atendimento era entendido como um favor oferecido para poucos, selecionados por critérios excludentes. A concepção educacional era marcada por características assistencialistas, sem considerar as questões de cidadania ligadas aos ideais de liberdade e igualdade. *Modificar essa concepção de educação assistencialista significa atentar para várias questões que vão muito além dos aspectos legais. Envolve, principalmente, assumir as especificidades da educação infantil e rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante das crianças pequenas.* (BRASIL, 1998, p. 17, grifo nosso).



2 | A criança

A concepção de criança é uma noção historicamente construída e conseqüentemente vem mudando ao longo dos tempos, não se apresentando de forma homogênea nem mesmo no interior de uma mesma sociedade e época. [...] *Boa parte das crianças pequenas brasileiras enfrentam um cotidiano bastante adverso que as conduz desde muito cedo a precárias condições*

de vida e ao trabalho infantil, ao abuso e exploração por parte de adultos. Outras crianças são protegidas de todas as maneiras, recebendo de suas famílias e da sociedade em geral todos os cuidados necessários ao seu desenvolvimento. Essa dualidade revela a contradição e conflito de uma sociedade que não resolveu ainda as grandes desigualdades sociais presentes no cotidiano. A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. A criança tem na família, biológica ou não, um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais. As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. No processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação. (BRASIL, 1998, p. 21 e 22, grifos nossos).

3 | Educar

Educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (BRASIL, 1998, p. 23).



4 | Cuidar

Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação [...]. *A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano.* Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. [...] O desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma

5 | Brincar

como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados. [...] O cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção à saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em consideração as diferentes realidades socioculturais. Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado. [...] Assim, cuidar da criança é sobretudo dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades. Isto inclui interessar-se sobre o que a criança sente, pensa, o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, visando à ampliação deste conhecimento e de suas habilidades, que aos poucos a tornarão mais independente e mais autônoma. (BRASIL, 1998, p. 24 e 25, grifos nossos).

Para que as crianças possam exercer sua capacidade de criar é imprescindível que haja riqueza e diversidade nas experiências que lhes são oferecidas nas instituições, sejam elas mais voltadas às brincadeiras ou às aprendizagens que ocorrem por meio de uma intervenção direta. A brincadeira é uma linguagem infantil que mantém um vínculo essencial com aquilo que é o “não-brincar”. Se a brincadeira é uma ação que ocorre no plano da imaginação isto implica que aquele que brinca tenha o domínio da linguagem simbólica. Isto quer dizer que é preciso haver consciência da diferença existente entre a brincadeira e a realidade imediata que lhe forneceu conteúdo para realizar-se. Nesse sentido, para brincar é preciso apropriar-se de elementos da realidade imediata de tal forma a atribuir-lhes novos significados. Essa peculiaridade da brincadeira ocorre por meio da articulação entre a imaginação e a imitação da realidade. Toda brincadeira é uma imitação transformada, no plano das emoções e das ideias, de uma realidade anteriormente vivenciada. [...] A brincadeira favorece a autoestima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos. Essas significações atribuídas ao brincar transformam-no em um espaço singular de constituição infantil. (BRASIL, 1998, p. 27).



6 | Considerações a partir das acepções expostas

Pode-se considerar recente o entendimento da educação infantil como agente promotor do desenvolvimento da autonomia e da cidadania das crianças. No Brasil, esse entendimento passa a ter caráter legal com a Constituição Federal de 1988, ao considerar a educação como um direito das crianças e um dever do Estado. Ou seja, é recente a compreensão da necessidade das crianças terem acesso a uma educação infantil de qualidade, pautada na tríade educar, cuidar e brincar, para que se desenvolvam plenamente como cidadãos autônomos.

Para compreender a trajetória social e política que culminou com a conquista desse direito é preciso falar do movimento feminista, pois falar de direitos das crianças é falar de direitos das mulheres.

A partir de uma breve contextualização histórica, também é importante compreender a legislação que rege o sistema educacional brasileiro, bem como a sua cronologia.

Os dois temas - movimento feminista e legislação educacional brasileira - são apresentados e desenvolvidos no **caderno de anexos**.

7 | A creche como um direito das crianças

“Há necessidade de serem reinventadas ações e medidas políticas que coloquem a creche como o centro de um processo de transformação social para que possamos nos aproximar de uma sociedade justa e igualitária.”
Maria Aparecida Gobbi

Considerando que o movimento de luta por creche teve início com as mães trabalhadoras e configurou-se como um direito estreitamente associado aos direitos trabalhistas, avança-se para o conceito de que a luta por creche “[...] passou a abarcar e até a fundamentar-se no direito à educação das crianças pequenas em espaços públicos e coletivos.” (FINCO; GOBBI; FARIA, 2015, p. 16).



Ou seja, o discurso reivindicatório na luta por creches passou a considerar os direitos infantis para além do direito da mulher trabalhadora a partir da compreensão de que o Estado e a sociedade também são responsáveis pelo cuidado e desenvolvimento das crianças, não sendo só dos pais e familiares a obrigação pelo cumprimento dessa tarefa, como defende Finco, Gobbi e Faria (2015, p. 163), ao afirmarem que “A educação infantil constitui um subsetor das políticas sociais e educacionais, reconhecendo e articulando os direitos dos/as trabalhadores/as e os das crianças.”

Sob este enfoque, é relevante destacar a diferença histórica de tratamento e importância dados às creches e à pré-

-escola e que contribuiu significativamente, até hoje, para a carência de espaços educacionais destinados à primeiríssima infância.

Para a pré-escola, percebe-se um fortalecimento crescente de sua institucionalização e formalização, aproximando-a da institucionalização e formalização do ensino fundamental. Isto é: a pré-escola vem perdendo o prefixo pré, deixando de ser infantil e entrando em um formato próximo ao ensino fundamental. [...] Quando o olhar se volta para as creches infantis e as crianças de 2 ou 3 anos, a percepção não é a mesma. Nota-se uma relutância, uma reticência de dar-lhes visibilidade, de integrar as creches ao sistema educacional, de tirá-las da informalidade, da precariedade, de investir em universalização (que não significa obrigatoriedade). (FINCO; GOBBI; FARIA, 2015, p. 164, grifo nosso).

8 | Educação infantil no Brasil: desigualdade social refletida em desigualdade escolar desde a primeira infância

“[...] a desigualdade na educação é precedida pela desigualdade no lar. Crianças mais pobres já chegam atrás na escola. Elas não tiveram tantos estímulos, ficaram mais vulneráveis a doenças, cresceram em um ambiente de maior estresse.”

Bruna Lima

O arcabouço legal brasileiro prevê direitos universais, dentre eles a educação gratuita e de qualidade para todos. Sabe-se, porém, que a efetivação desses direitos é pautada por recortes sociais e que as leis não são aplicadas de maneira igualitária.

Essa realidade fica evidente quando se analisa os dados mais recentes do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), realizado em 2018, onde o Brasil aparece entre as cinco economias mais desiguais do mundo em relação à educação. Esse cenário desanimador começa a se desenhar desde a primeira infância, como destaca Ribeiro (2021), ao afirmar que

[...] muitas crianças não conseguem acompanhar o ritmo escolar devido às condições sociais em que vivem. Já está mais do que provado que a alimentação, o ambiente domiciliar, a participação da família, entre outros, são fatores determinantes na vida de uma criança. Quando esses fatores são debilitados pela condição social da família o resultado é percebido nas salas de aulas onde as dificuldades aparecem e persistem.

9 | A falta de creches agrava a desigualdade social

Dados do Censo da Educação Básica apontam que, entre 2000 e 2015, o acesso à **educação infantil** cresceu 49,3% no país, com o número de vagas avançando de 917 mil no ano 2000, para 2,7 milhões em 2015. Esses dados, porém, estão longe de ser animadores quando se trata das crianças de zero a três anos de idade, visto que, até 2014, apenas 29,6% delas eram atendidas em creches públicas ou privadas. Calcula-se que o déficit de vagas para essa etapa do ensino esteja na casa de 2,5 milhões.

Para compreender a gravidade desse cenário, há de se destacar que a parcela mais vulnerável da população é também a mais atingida com a falta de vagas nas creches, como

afirma Branco (2018), ao explicar que

[...] o atendimento não vem crescendo igualmente entre as famílias com diferentes faixas de renda. A porcentagem de crianças com acesso a creche aumentou mais entre os 20% da população mais rica do que entre os 20% da população mais pobre. Além disso, o acesso cresceu muitas vezes à revelia do modelo de qualidade. Sob a responsabilidade dos municípios, que indicam falta de verba para garantir vagas na fase mais cara da escolarização, a entrada das crianças na educação infantil muitas vezes se dá com menos profissionais do que o necessário e infraestrutura inadequada.

Sob este enfoque, especialistas alertam que a ausência de creches aumenta a desigualdade social no Brasil e destacam que

Quem está na fila [de espera por vagas em creches] são pessoas que não tem condição de pagar por isso. Em última instância, a falta de vagas em creches reproduz e acentua a desigualdade social, levada por gerações. (BORGES, 2014).

10 | Investimento na primeira infância como estratégia de enfrentamento da desigualdade social

“A educação é uma das poucas áreas que promovem avanços nas frentes social e econômica ao mesmo tempo: investindo em educação, melhora tanto o crescimento econômico quanto a justiça social. Educação é fundamental para reduzir a desigualdade”.

Diego Smirne

Cada vez mais estudos e pesquisas têm demonstrado que é preciso investir em ações que garantam o desenvolvimento pleno das crianças desde seus primeiros anos de vida, pois

[...] desenvolvemos 90% de nossas conexões cerebrais desde que nascemos até os 6 anos de idade. O que significa que uma criança que não tem acesso a estímulos nessa faixa etária pode ter sua capacidade cognitiva comprometida pelo resto da vida. (CITRON, 2020).

O desenvolvimento integral e saudável nos primeiros anos de vida tem reflexo direto nas etapas educacionais seguintes, pois a criança que é estimulada a se desenvolver plenamente desde o primeiro ano de vida, tem “[...] maior facilidade para se adaptar a diferentes ambientes e para adquirir novos conhecimentos.” (ALMEIDA, 2017).

Essa discussão torna-se ainda mais necessária e urgente quando se considera os impactos de investimentos na primeira infância das crianças mais pobres e vulneráveis.

Pesquisas recentes mostram que

[...] investir na primeira infância é a política mais eficaz para quebrar o círculo da pobreza, gerando o maior retorno para a sociedade em termos de diminuição de evasão escolar, redução de crimes e diminuição de encarceramento. (CITRON, 2020).

Por isso, em consonância com essa tese, economistas e especialistas em educação têm enfatizado a importância de se “[...] priorizar as famílias de baixa renda quando o assunto são as vagas nas creches.” (ALMEIDA, 2017).

Sobre a relação entre investimentos na primeira infância e a redução da desigualdade social, já está comprovado que

“[...] destinar recursos para o desenvolvimento das crianças é como ajudar a combater a pobreza antes que ela já se consolide na vida delas.” (ALMEIDA, 2017). Além disso, estudos apontam que “[...] frequentar a pré-escola tem forte impacto positivo sobre a escolaridade, aumenta as chances de conclusão do ensino fundamental e tem efeitos sobre o salário na vida adulta.” (CITRON, 2020).



Avançando a partir do que foi exposto, é possível ampliar a discussão ressaltando que a falta de creches não tem impacto apenas nas crianças, e sim, é um problema que se reflete em toda a família da criança que não tem acesso à creche, pois

[...] mães de crianças em creche têm uma taxa de participação no mercado de trabalho maior do que as mulheres cujos filhos não têm acesso à educação infantil. Essas mães recebem salários superiores. O emprego formal também se torna mais provável quando os filhos estão na creche ou na pré-escola. (SORJ; FONTES, 2010, p.65 *apud* FINCO; GOBBI; FARIA, 2015, p. 61).

11 | Intervenções na primeira infância para combater a desigualdade social

Com a intenção de reforçar o que foi exposto até aqui, lista-se, a seguir, mais alguns motivos que evidenciam a importância do papel das creches no combate à desigualdade social.

Intervenções realizadas na primeira infância com crianças em situação de vulnerabilidade social, têm um impacto positivo no desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças. Se a creche é capaz de oferecer um ambiente de estímulo adequado, ela é capaz de mitigar os efeitos que um ambiente de vulnerabilidade social tem sobre a formação do córtex pré-frontal de um indivíduo, que reflete diretamente no desenvolvimento de suas habilidades cognitivas. Em outras palavras, uma intervenção na primeira infância, quando bem desenhada, melhora a capacidade cognitiva das crianças em situação de vulnerabilidade social, diminuindo o hiato destas habilidades quando em comparação com crianças em situação privilegiada.

A priorização de acesso a creches e de garantia de qualidade do atendimento destes estabelecimentos à população mais pobre pode se revelar como uma política efetiva para redução de desigualdade social. A condição de pobreza afeta a formação de habilidades desde cedo e o estabelecimento de creches em lugares estratégicos pode mitigar a perpetuação desta desigualdade em termos de desenvolvimento cognitivo e sócio emocional.

Investimentos na primeira infância geram um retorno de resultado maior que o investimento realizado em qualquer outra fase da vida de uma pessoa.

12 | Arquitetura escolar e pedagogia

Com a intenção de aprofundar o tema da educação infantil, no capítulo 6 do **caderno de anexos**, destaca-se a relação que existe entre a arquitetura escolar e a pedagogia, bem como a importância de se pensar o espaço construído associado às ações pedagógicas.



6

Abordagem
Educativa de
Reggio Emilia

1 | A história da abordagem Reggio Emilia

A abordagem pedagógica Reggio Emilia teve origem em 1947, em um vilarejo do norte da Itália, quando a comunidade local se uniu para reconstruir a escola da região que havia sido destruída em um bombardeio durante a Segunda Guerra Mundial.

A escola seria administrada pelos pais dos estudantes, em parceria com a União das Mulheres Italianas que já administravam mais de 60 pré-escolas em Reggio Emilia.

A iniciativa de iniciar a reconstrução do vilarejo pela escola se difundiu na região e chegou até o pedagogo Loris Malaguzzi (1920 – 1994) que já estava desenvolvendo uma abordagem que coloca a criança no centro do processo pedagógico.

Durante 7 anos Malaguzzi trabalhou na escola do vilarejo do norte da Itália formalizando e aprimorando a abordagem educacional que tornou a região de Reggio Emilia conhecida em toda a Itália. (BALDISSERA, 2021).

Em 1991, a abordagem Reggio Emilia se tornou uma referência mundial em Educação Infantil graças a uma reportagem da Newsweek, que incluiu uma pré-escola da comuna, a Escola Diana, entre as dez melhores do mundo. Três anos depois foi fundada a Reggio Children, um centro internacional de pesquisa e defesa dos direitos das crianças. Hoje a rede conta com 13 creches e 21 pré-escolas na Itália, além de promover a formação de educadores em 34 países, incluindo o Brasil. (BALDISSERA, 2021).

2 | O ambiente escolar é o terceiro educador

O termo em ambiente refere-se a todo espaço físico da escola e à casa da criança. Esses lugares devem estimulá-la a

explorá-los com liberdade e segurança.

Loris Magaluzzi dizia que o ambiente tem o poder de iniciar todo tipo de aprendizado social, afetivo e cognitivo, além de promover relacionamentos agradáveis entre pessoas de diferentes idades. Isso gera uma sensação de bem-estar, pertencimento e segurança nas crianças. (BALDISSERA, 2021).

É de extrema relevância, nesse método, a relação entre a escola, criança e comunidade, remontando aquele momento de outrora em que as escolas foram erguidas por meio da comunidade local. A participação ativa da sociedade e dos pais, onde há o acompanhamento próximo por eles em relação à educação dos filhos, é um dos pilares fundamentais dessa abordagem. Em função disso, o meio urbano é utilizado como ambiente de ensino, reforçando a relação da comunidade no âmbito educacional. Desse modo, o ambiente de ensino ensaia a vida comum, referenciando-se a elementos como feiras, praças e festas, numa espécie de microambiente urbano. (IMBRONITO; MACEDO; XAVIER, 2019, p. 65).

É importante destacar que as escolas Reggio Emilia priorizam que os espaços sejam viáveis ao desenvolvimento de diversos projetos e atividades práticas, por isso, o espaço físico deve ser repleto de estímulos sensoriais como cores, texturas, luzes, sons e cheiros que despertem a curiosidade infantil.

As escolas Reggio Emilia apresentam um programa arquitetônico básico que se resume em: hall, cozinha e refeitório, praça central, salas de referência, ateliê, sala de música e arquivo. O hall leva a outros espaços, como ao refeitório e à cozinha, locais que ocupam posição de grande relevância na configuração do espaço.

A praça central é fundamental ao edifício educacional ao servir como espaço de convívio entre as crianças, pais, professores e funcionários. O seu nome é derivado das praças italianas e faz alusão à convivência urbana. (IMBRONITO; MACEDO; XAVIER, 2019).

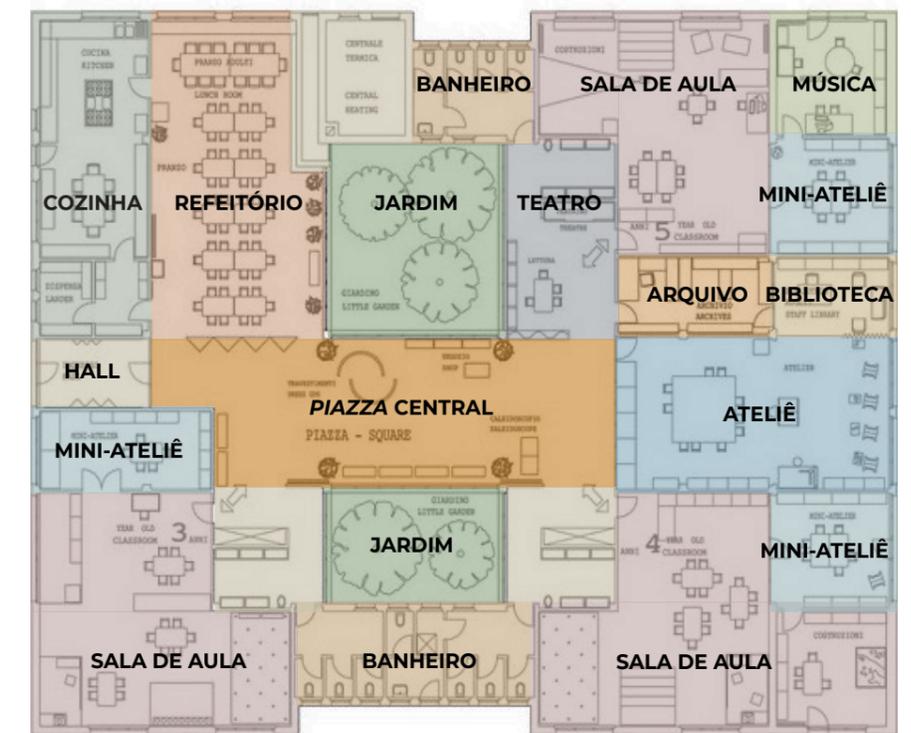


Figura 13 - Planta baixa da escola Diana da cidade Reggio Emilia. Adaptado pela autora.

“O tradicional espaço comum, presente em muitas de nossas escolas, por exemplo, foi transformado em uma piazza que catalisaria muitos tipos de encontros interessantes; a entrada tornou-se um “cartão de visita” metafórico, introduzindo e fornecendo informações sobre a escola e seus habitantes; as áreas de serviços (cozinha e banheiros) adquiriram a importância que mereciam e foram transferidas metaforicamente da periferia para a área central do plano físico: os conceitos importantes de relações e comunicação foram reforçados vi-

sualmente com transparência das paredes de vidro e com o fluxo de conexões entre os cômodos e o exterior; e assim por diante.” (VECCHI, 2013, p.137).

Conectado com a *piazza* estão as salas de aula, espaços dedicados aos grupos de crianças. [...] O programa conta também com um espaço destinado à produção artística, o chamado ateliê. De forma geral, esse ambiente trabalha especialmente a linguagem visual. [...] Cabe ressaltar que muitas das divisões desses espaços são dadas por meio de vidro, elemento que mantém a visibilidade e uma certa relação entre os ambientes. (IMBRONITO; MACEDO; XAVIER, 2019).

Cabe destacar que Malaguzzi considerava os ambientes como um organismo vivo, cujos espaços devem ser interligados física e visualmente, concedendo à comunicação e justificando, portanto, a necessidade de serem flexíveis. Dessa forma, o edifício escolar deve ser composto por diversos microambientes que proporcionem a convivência e o compartilhamento dos espaços comuns por diversos grupos de alunos. (CEPPI; ZINI, 2013).

3 | Por que uma creche Reggio Emilia?

Considerando que a proposta arquitetônica deste trabalho é fortemente vinculada ao espaço urbano onde está inserida – o Morro do Quilombo – entende-se que a pedagogia de Reggio Emilia atende às condicionantes e às necessidades sociais e educacionais da Comunidade.

Ceppi e Zini (2013) destacam que

A relação íntima entre a escola e a cidade é um conceito fundamental das creches e pré-escolas de Reggio Emilia. A arquitetura da escola deve incorporar este princípio como um

processo osmótico com a estética circundante, a cultura e a distribuição de espaços. O prédio escolar deve ser equipado para uso fora do horário escolar e para diferentes atividades que talvez não sejam estritamente “escolares”: desde reunião de professores e cursos de formação profissional, até reunião de pais, festas, eventos especiais e atividades com a vizinhança. (CEPPI; ZINI, 2013, p.48).

Compreendendo a importância do vínculo da Comunidade com este equipamento urbano, busca-se incentivar uma dinâmica de cooperação entre os moradores do Morro do Quilombo e as crianças que frequentarão a creche. Considera-se de extrema importância, além disso, que mesmo os moradores que não possuem filhos estudando na creche, sintam que ela pertence à todos, que ela é uma conquista da Comunidade toda e deve servir à todos os moradores de forma igualitária.

4 | Escola sem muros

A abordagem Reggio Emilia defende a ideia da “escola sem muro”, em que a comunidade contribui ativamente na construção de um processo de ensino e aprendizagem que considere as potencialidades dos estudantes. Professores, educadores, gestores, familiares e comunidade escolar como um todo devem trabalhar juntos pelo desenvolvimento pleno das crianças. (BALDISSERA, 2021).

5 | Formas relacionais | Horizontalidade

A horizontalidade é uma característica da disposição dos espaços nas creches Reggio Emilia cuja intenção é não criar hierarquias entre os diferentes ambientes. Horizontalidade significa, neste caso, a manifestação física da democracia de funções, dignidade e sociabilidade. (CEPPI; ZINI, 2013).

Destaca-se que é importante considerar as condicionantes físicas que inviabilizam um espaço horizontal em sua totalidade, como terrenos acidentados e/ou com área reduzida. Este, aliás, é o caso do terreno do projeto da creche do Morro do Quilombo. Em contextos como este, apesar de não ser possível distribuir todo o programa arquitetônico em um só nível, buscou-se garantir ao máximo a horizontalidade no espaço da creche.

6 | Formas relacionais | A Piazza Central

Outra característica importante é a presença de uma área central chamada de *piazza*, para a qual os espaços principais da escola se voltam. A *piazza* é um ponto de encontro, um espaço coletivo que desempenha o mesmo papel no prédio da escola que a praça central desempenha em uma cidade. Aqui, também, a escolha em termos de distribuição espacial tem uma conotação pedagógica: a *piazza* auxilia na formação de relacionamentos, simbolizando a “pedagogia dos relacionamentos” no sentido em que promove encontros, interações em grupos, histórias, relações sociais e o início da aquisição de uma identidade pública pelas crianças. Paralelamente, o uso da *piazza* elimina a necessidade de utilizar corredores, e este é um outro aspecto de distribuição baseado em uma escolha pedagógica meticulosa: a recusa de ambientes dedicados exclusivamente a distribuição e conexão de espaços. (CEPPI; ZINI, 2013, p. 45 e 46).

7 | Formas relacionais | Transformabilidade e flexibilidade

É fundamental que o espaço da creche possa ser transformado e adaptado tanto pelas crianças quanto pelos adultos. “A escola deve ser capaz de mudar no decorrer do dia e também

do ano, de ser continuamente remodelada e reprojetaada como consequência das experiências vividas.” (CEPPI; ZINI, 2013, p. 46).

8 | Formas relacionais | A relação interior-exterior

Os autores Ceppi e Zini (2013) explicam que

A escola deve ser um lugar que “sente” o que está acontecendo do lado de fora – do tempo até as mudanças sazonais, da hora do dia até os ritmos da cidade – exatamente porque ela se situa em um dado lugar e momento. (CEPPI; ZINI, 2013, p. 49).

Há diversos elementos de projeto que propiciam esta relação interior-exterior, como o uso de varandas que atuam como “filtros” de passagem de dentro para fora da edificação; áreas externas com parquinhos e vegetação; equipamentos que deixam visível o comportamento das forças físicas como o vento e a água. (CEPPI; ZINI, 2013).

9 | Formas relacionais | Transparência

É importante que os espaços sejam visíveis entre si por diferentes ângulos, que seja possível “[...] olhar um espaço através de outro [...]. A transparência não elimina a opacidade, mas visa assegurar uma noção de profundidade de campo e de percepção de espaço.” (CEPPI; ZINI, 2013, p. 50).

10 | Formas relacionais | Comunicação

O conceito de “pedagogia de relações” é uma premissa fundamental da pedagogia de Reggio Emilia ao se basear na relação entre três sujeitos: as crianças, os educadores e os

pais. No espaço construído isso significa que o ambiente da creche deve atuar como um mural de exposição das atividades realizadas pelas crianças e refletir e comunicar a vida que acontece na escola.

Sob este enfoque, Ceppi e Zini (2013) explicam que

A comunicação evoluiu e tornou-se uma “segunda-pele” que cobre a escola, uma espécie de arquitetura que reveste a arquitetura básica, incluindo fotos, desenhos, produções das crianças, objetos, cartazes, imagens e esculturas. (CEPPI; ZINI, 2013, p. 51).

11 | A harmonia das cores

Referente às cores presentes em uma creche é pertinente destacar que as crianças, suas roupas e objetos tendem a ser bastante coloridos, por isso, o ambiente construído não deve ser saturado de cor ou autossuficiente em termos cromáticos quando as crianças e os objetos estiverem ausentes. O espaço construído da creche deve ser “[...] ligeiramente neutro para que o equilíbrio seja alcançado quando estiver sendo ocupado.” (CEPPI; ZINI, 2013, p. 69). Ou seja, quanto menos poluído visualmente for o ambiente, mais concentradas, envolvidas, tranquilas, livres e ativas as crianças se mantêm.

O ambiente escolar, portanto, não deve anular a intervenção cromática dos habitantes, mas sim oferecer “[...] um fundo que possa ser revestido com uma ‘segunda-pele’ resultante da criatividade individual”. (CEPPI; ZINI, 2013, p. 71).

12 | Materiais | O envelhecimento e a dimensão do tempo

Nem todos os materiais de uma creche precisam ser duradouros e imutáveis. As crianças aprendem com elementos

que denotam a passagem do tempo, por isso, é importante que elas tenham contato com flores (que mudam em questão de horas), com vidro (que nunca muda), e com materiais como a madeira que com o passar do tempo muda de coloração e textura. (CEPPI; ZINI, 2013).

13 | Odores

Elementos de vegetação no espaço da creche são extremamente importantes no processo de aprendizagem das crianças. Portanto,

[...] o projeto deve levar em consideração a importância do olfato em termos de nossas emoções e do valor do papel perceptivo e inter-relacional do olfato do ponto de vista pedagógico. [...] precisamos desenvolver uma cultura de *design* a esse respeito, e dar atenção constante ao olfato a fim de criar um cenário olfativo variado, estimulante e “vivo”. (CEPPI; ZINI, 2013, p. 95).

14 | Sons

É fundamental que a creche tenha espaços que atendam diferentes necessidades acústicas das crianças para que elas possam escolher a que nível de som querem estar expostas e para que as condições acústicas favoreçam e estimulem a socialização a as diferentes relações entre as crianças. Deve haver também espaços que ofereçam silêncio para quando elas sentirem que precisam de concentração e intimidade. (CEPPI; ZINI, 2013).

Ceppi e Zini (2013) destacam que

[...] é importante que haja variedade acústica no ambiente escolar, que cada espaço tenha sua própria identidade acústica, e que as crianças encontrem diferentes situações sonoras em sua experiência nômade pelo espaço. (CEPPI; ZINI, 2013, p. 104).

15 | Projeto de referência de soluções espaciais: Centro Infantil El Guadual

Entendendo o programa arquitetônico como sendo a espacialização das necessidades e intenções do projeto, é apresentada uma referência de soluções espaciais à proposta do projeto arquitetônico da creche no Morro do Quilombo.

Projeto do Centro Infantil El Guadual

Arquitetos: Daniel Joseph Feldman Mowerman, Ivan Dario Quiñones Sanchez.

Local: Villa Rica - Colômbia

Área: 1823 m²

Ano: 2013

O centro de desenvolvimento infantil El Guadual provém de maneira integral, educação, recreação e serviços de alimentação para 300 meninos e meninas entre as idades de zero e cinco anos, 100 mães gestantes e 200 recém nascidos no município de villa Rica.



Figura 14 - Centro Infantil El Guadual - Villa Rica, Colômbia.
Fonte: Archdaily, 2015.

El Guadual é resultado de um processo participativo que buscou gerar na comunidade um sentido de pertencimento. Oficinas de projeto participativo com meninos e meninas, mães comunitárias, pais de família e líderes da comunidade foram os insumos de diretrizes para o projeto.



Figura 15 - Centro Infantil El Guadual - Villa Rica, Colômbia.
Fonte: Archdaily, 2015.

O Centro gerou um impacto urbano muito positivo, criando plataformas e zonas para pedestres muito generosas, um cinema ao ar livre e uma aula múltipla aberta para a comunidade, para ser usada nas horas que os meninos e meninas não estão, permitindo desenvolver diferentes atividades de interesse para a comunidade fora da jornada de trabalho e/ou nos finais de semana.

Os espaços onde as crianças receberão cuidados foram pensados seguindo a metodologia Reggio Emilia, onde os espaços e as brincadeiras são os educadores dos meninos e meninas e assim, criam condições específicas focadas no desenvolvimento avançado da primeira infância. (ARCHDAILY, 2015).

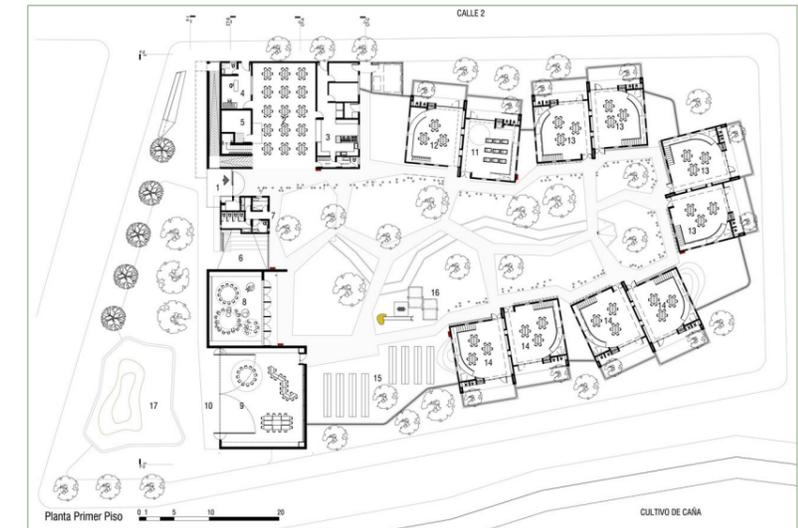


Figura 16 - Centro Infantil El Guadual - Villa Rica, Colômbia.
Fonte: Archdaily, 2015.

16 | Acepções do projeto

Especialmente, a proposta do projeto é relevante ao dispor os volumes da edificação de maneira independente, integrando-os pela cobertura. Essa configuração torna os espaços dinâmicos e estimula a interação entre o projeto e a localidade onde ele está inserido, resultando na tríade arquitetura + cidade + sociedade.

Já a configuração central aberta é uma das premissas do projetos arquitetônicos das escolas com pedagogia de Reggio Emilia, pois estimula a interação do interior da edificação com os elementos circundantes e incentiva a interação entre as crianças de diferentes faixas etárias, possibilita o controle das atividades das crianças no espaço interno e otimizando os espaços das salas de aula, uma vez que a área central da edificação atua como uma extensão dos ambientes internos.

17 | Definição da área de intervenção

Para justificar a escolha da área de intervenção é preciso falar do processo de luta comunitária dos moradores do Morro do Quilombo que envolve a conquista desse terreno.

Em 2013, o então presidente da Associação do Bairro Itacorubi (ABI), enviou um ofício ao Secretário Municipal de Educação da época, relatando a necessidade de haver uma creche no Morro do Quilombo devido ao grande número de crianças sem atendimento escolar e em situação de vulnerabilidade social. O documento cita um terreno considerado apropriado

para a construção da instituição de ensino por estar localizado no primeiro terço do Morro, em vias públicas calçadas e por ser uma área legalizada com matrícula no Registro de Imóveis. O documento destaca ainda a necessidade de desapropriação da área citada.

Em junho de 2015, foi publicado no Diário Oficial de Florianópolis a declaração de desapropriação das terras mencionadas no ofício enviado à Prefeitura em 2013.

Segundo informações obtidas, em 2021, do presidente da

ABI, a Casa Civil da Prefeitura de Florianópolis concluiu, em 2020, o pagamento do referido terreno.

A área escolhida para intervenção deste trabalho, portanto, é o terreno conquistado pela Comunidade, por meio de um processo de luta e reivindicações que durou quase uma década. Soma-se a isso a vontade de grande parte dos moradores da Comunidade de que na área seja construída uma creche para atender às crianças do Morro do Quilombo.



Imagens 1, 2, 3 e 4 - Área de intervenção. Julho/2021.

Figura 17 - Morro do Quilombo | Rua da Represa, esquina Servidão Manoel Félix da Silva. Google earth, 2020. Adaptado pela autora.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 1470

Florianópolis/SC, quarta-feira, 3 de junho de 2015

pg. 6

20.01.15.451.0110.7303 - Substituição da Pavimentação Asfáltica ou Paver da Rua João Pio do Vale Pereira 1433 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações, 0080 - Recursos Próprios R\$ 50.000,00 Total deste Projeto R\$ 50.000,00
20.01.15.451.0110.7300 - Substituição da Pavimentação Asfáltica ou Paver da Rua Evaldo Schaffer 1429 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações, 0080 - Recursos Próprios R\$ 30.000,00 Total deste Projeto R\$ 30.000,00
20.01.15.451.0110.7261 - Pavimentação da Serv. Alayde Francisca de Oliveira 1359 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações, 0080 - Recursos Próprios R\$ 50.000,00 Total deste Projeto R\$ 50.000,00
20.01.15.451.0110.7256 - Pavimentação da Serv. Tomaz Jose Oliveira 1349 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações, 0080 - Recursos Próprios R\$ 100.000,00 Total deste Projeto R\$ 100.000,00
230.000,00 Total da Anulação R\$ 230.000,00 Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, aos 27 de maio de 2015. CESAR SOUZA JUNIOR PREFEITO MUNICIPAL JULIO CESAR MARCELLINO JR. SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL EDSON CAPORAL SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.

DECRETO N. 14.731, de 28 de maio de 2015. DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO ITACORUBI, NESTA CAPITAL, DE POSSE OU PROPRIEDADE DE MARCELO CORAL XAVIER, IVANA FINKLER E GUSTAVO CORAL XAVIER. O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso XV do art. 74, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto nas alíneas "i" e "j" do art. 5º, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, este com a redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999, DECRETA: Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, amigável ou judicial, um terreno, tido como posse ou propriedade dos Senhores Marcelo Coral Xavier, Ivana Finkler e Gustavo Coral Xavier, com área de 658,98 m² (seiscentos e cinquenta e oito metros e noventa e oito decímetros quadrados), designado por Área L01 do desmembramento aprovado sob nº 08/11, localizado no lado par da rua da Represa, s/nº, esquina com a servidão Manoel Felix da Silva, com as seguintes medidas e confrontações: Frente a Oeste, medindo 23,06m em curva, confrontando com a rua da Represa; lateral direita ao norte medindo 16,80m, confrontando com terras de Marcelo Coral Xavier e Gustavo Coral Xavier; fundos a leste, medindo 29,04m, confrontando

com a área L02 do desmembramento nº 08/11 matriculada sob o nº 136.617; lateral esquerda ao sul, medindo 33,32m em dois lances, o primeiro medindo 17,80m confrontando com a servidão Manoel Felix da Silva, e o segundo medindo 15,32m em curva, confrontando com a servidão Manoel Felix da Silva esquina com a rua da Represa. Inscrição Imobiliária sob nº 46.86.046.1158.001-980 e Matrícula nº 136.616, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis, do estado de Santa Catarina. Art. 2º A área referida no artigo anterior destina-se a construção de creche para atender as demandas do Morro do Quilombo, localizado no bairro Itacorubi. Art. 3º A fonte de custeio da desapropriação se dará através do Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis BR-L 1329, BID. Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, aos 28 de maio de 2015. CESAR SOUZA JUNIOR PREFEITO MUNICIPAL JULIO CESAR MARCELLINO JR. SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL.

DECRETO N. 14.732, de 28 de maio de 2015. DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO ITACORUBI, NESTA CAPITAL, DE POSSE OU PROPRIEDADE DE MARCELO CORAL XAVIER, IVANA FINKLER E GUSTAVO CORAL XAVIER. O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso XV do art. 74, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto nas alíneas "i" e "j" do art. 5º, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, este com a redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999, DECRETA: Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, amigável ou judicial, um terreno, tido como posse ou propriedade do Senhor Oscar José Rover, com área de 502,97 m² (quinhentos e dois metros e noventa e sete decímetros quadrados), designado por Área L02 do desmembramento aprovado sob nº 08/11, localizado no lado par da servidão Manoel Felix da Silva, s/nº, distante 17,80m da esquina desta com a rua da Represa, com as seguintes medidas e confrontações: frente ao sul medindo 21,56m, confrontando com a servidão Manoel Felix da Silva; lateral direita a oeste medindo 29,04m, confrontando com a área L01 do desmembramento nº 08/11 matriculada sob o nº 136.616; fundos ao norte medindo 15,00m, confrontando com terras de Marcelo Coral Xavier e Gustavo Coral Xavier; lateral esquerda a leste medindo 27,63m, confrontando com a área L03 do desmembramento nº 08/11 matriculada sob o nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
Secretaria Municipal de Administração
Diretoria de Gestão Administrativa

Secretário: Gustavo Miroski
Gerente: Cicero Bittar
Controlador: Anílio N. dos Santos

Rua Conselheiro Madra, 656 al. 103 - Centro - 88010-914 - Florianópolis / SC
Fone: (48) 3251-5900 - 3251-5940
Diários Online: <http://www.pmf.sc.gov.br/governo/index.php?pagina=govdiariooficial>

pg. 6

18

ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO ITACORUBI – ABI
CNPJ 76.554.781/0001-28 - Lei de Utilidade Pública Estadual 11.948/2001
Travessa José Antônio de Lima s/n – Itacorubi – Florianópolis/SC

Solicitação de
desapropriação
Creche/Fa
miliarVieira
05/12/2013

Florianópolis, 05 de dezembro 2013.

Senhor Secretário,

Os moradores do Morro do Quilombo, assim como os de todo o bairro Itacorubi esperam ansiosamente a construção de uma creche para atender o grande número de crianças hoje sem atendimento escolar. Embora tenhamos dados que esta Secretaria poderá precisar, as crianças moradoras do Morro do Quilombo sem vagas em creche preencherão com sobras as vagas de uma creche modelo municipal, sendo que se trata de população de grande carência econômica, atendendo aos critério do programa Brasil Carinhoso.

Neste sentido a Associação do Bairro Itacorubi – ABI, por meio de contatos com moradores e pesquisa no 2º Cartório de Registro de Imóveis identificou um terreno que atende critérios necessários para localização de uma creche municipal. Trata-se da esquina da Rua da Represa e da Servidão Manoel Félix da Silva, localizada no final do primeiro terço do morro e em vias públicas calçadas, um terreno legalizado com matrícula no Registro de Imóveis (104.763), conforme documentos anexos. O valor inicial solicitado pelo proprietário, entendemos, deverá passar por exaustiva negociação para que o Município pague preço justo e não se deixe de atender o direito elementar das crianças à educação. Vender o imóvel inteiro ao invés de precisar obter comprador para cada um dos lotes certamente será argumento para que se chegue a preço justo.

Outrossim, sugerimos ao Município o planejamento de futura área de esporte e lazer para os escolares e os moradores do bairro desapropriando a área da família Vieira, representada pelas matrículas 98.771, 98.772, 98.773 e 98.774. Trata-se da área após aquela pleiteada para a creche para quem sobe a servidão Manoel Félix da Silva, registrada na SMDU/PMF sob desmembramento n. 11/2008. Tal decisão neste momento seria oportuna impedindo ocupação irregular e principalmente seria um passo decisivo no sentido de um projeto de urbanização e regularização fundiária do Morro do Quilombo.

Agradecendo a atenção dispensada e contando com apoio às reivindicações do bairro, subscrevemo-nos com nossas saudações comunitárias!

Atenciosamente

Paulo Guilherme Ruver
Presidente da ABI

Ilmo. Sr.
Prof. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz
Secretário Municipal de Educação
N E S T A

RECEBIDO
em: 05/12/13
Por:

19



7

A Proposta
Projetual

1 | Considerações iniciais

Para desenvolver o projeto arquitetônico de uma creche de qualidade, é necessário compreender como as crianças se comportam quando estão nesse espaço, como se relacionam com as outras crianças e com seus professores/cuidadores, e como o espaço construído influencia essas dinâmicas.

Em busca de respostas para essas questões, conversei com a professora Roselane Fátima Campos, membro do Centro de Ciências da Educação (CED) e do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). No **caderno de anexos**, capítulo 6, páginas 45 a 47, apresento os valiosos apontamentos feitos por ela.

2 | Diretrizes norteadoras da proposta projetual com base nas condicionantes da Comunidade

Com base no que foi apresentado neste trabalho, tem-se conhecimento do Morro do Quilombo nos seus aspectos físico e social, permitindo a reflexão sobre como deve ser o cotidiano dessas crianças no espaço da creche, associado às condições concretas da Comunidade. A sistematização dessas informações com os princípios pedagógicos da abordagem de Reggio Emilia fundamentam a definição do programa de necessidades do projeto arquitetônico da creche.

Assim considerando, destacam-se as diretrizes norteadoras da proposta pautadas nas condicionantes da Comunidade: entendendo que as famílias que moram no Morro do Quilombo são de baixa renda e que as mães, em geral, trabalham fora o dia inteiro, uma das diretrizes da proposta é atender, em período integral, todas as crianças do Morro do Quilombo com idade entre zero e três anos, garantindo-lhes quatro refeições diárias (café da manhã, lanche, almoço e lanche da tarde), durante o período de permanência no espaço da creche.

Sabendo que não existe local de encontro no Morro do Quilombo, outra diretriz da proposta é a existência de um espaço aberto às famílias que atue como componente essencial da Comunidade e que possa ser utilizado nos turnos em que a creche não estiver em funcionamento, para que a Comunidade se aproprie desse equipamento e o utilize como ferramenta de apoio e incentivo à luta pela conquista de direitos e cidadania.

3 | Programa de necessidades



Figura 20 - Programa de necessidades. Elaborado pela autora.

4 | Dimensões mínimas | Parâmetros técnicos

Para compreender os parâmetros que estabelecem as dimensões mínimas dos ambientes de uma creche, utilizou-se como referência a Resolução nº 01 (de 2017) do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis e o Manual de Orientações Técnicas para a Elaboração de Projetos de Edificações Escolares da Educação Infantil da Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – 2017.

Mesmo entendendo que o projeto arquitetônico da creche do Morro do Quilombo não pretende seguir uma organização tradicional dos espaços, considera-se importante conhecer os parâmetros técnicos para poder adaptá-los às necessidades e especificidades do projeto do Morro do Quilombo.

| ADMINISTRATIVO | | ALIMENTAÇÃO | | HIGIENE | | SERVIÇOS | | EXTERNOS | |
|---|---|--|--|--|---|--|--|--|--|
| SALA DE PROFESSORES 20 m ² | | REFEITÓRIO 1,80 m ² / criança de 1 a 4 anos *capacidade para duas turmas Área estimada: 63 m ² | | | | | | | |
| HALL 0,15 m ² / criança Área estimada: 17 m ² | ESPAÇO DOS FUNCIONÁRIOS 20 m ² | | | | FRALDÁRIO 2 m ² / criança revezamento de 30% (7 crianças) Área estimada: 14 m ² | COZINHA 0,4 m ² / criança de 1 a 4 anos Área estimada: 37 m ² | | | |
| SECRETARIA 0,2 m ² / criança Área estimada: 23 m ² | ALMOXARIFADO 1 m ² / sala de referência Área estimada: 9 m ² | APRENDIZAGEM | | REPOUSO | SANITÁRIO INFANTIL Área estimada: variável de acordo com o número de aparelhos instalados | DESPENSAS (GERAL + FRIA) 25% da área da cozinha Área estimada: 9,25 m ² | | SOLÁRIO 2,50 m ² / criança de 0 a 11 meses Área estimada: 55 m ² | |
| DIRETORIA 10 m ² | SALA DE REUNIÃO 20 m ² | SALAS DE REFERÊNCIA 1,50 m ² / criança Área estimada: 169,5 m ² | | ESPAÇO DO SONO 2,50 m ² / criança de 1 a 4 anos Área estimada: 227,5 m ² | SANITÁRIO ADULTO Área estimada: variável de acordo com o número de aparelhos instalados | ÁREA DE SERVIÇO + DML 1 m ² / sala de referência Área estimada: 9 m ² | | Piazza central 2,50 m ² / criança de 1 a 4 anos revezamento de 30% (27 crianças) Área estimada: 67,5 m ² | |
| | | ESPAÇO MULTIUSO 2 m ² / criança. Área estimada: 182 m ² | | BERÇÁRIO (0 a 11 meses) 2,50 m ² / berço ou criança Área estimada: 55 m ² | | | | | |

5 | Número de crianças e divisão por faixa etária

Reforçando algumas informações quantitativas a respeito do Morro do Quilombo (mencionadas anteriormente na página 23), segue a distribuição por faixa etária das crianças de 0 a 4 anos que vivem na Comunidade (1).

| | | | |
|---------------------------------|--------------|-------------|---------------------|
| Nº de crianças entre 0 e 4 anos | 0 a 11 meses | 22 bebês | 113 crianças |
| | 1 a 2 anos | 34 crianças | |
| | 2 a 3 anos | 24 crianças | |
| | 3 a 4 anos | 33 crianças | |

*Cálculo área refeitório:

91 crianças divididas em 5 turmas de 14 + 1 turma de 21

Duas turmas = (21+14) x 1,80 = 63 m²

Figura 21 - Dimensões mínimas. Parâmetros técnicos. Adaptado pela autora.

Fonte: Manual de Orientações Técnicas | Elaboração de Projetos de Edificações Escolares: Educação Infantil. Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) - 2017

(1) Fonte: Associação do Bairro Itacorubi (ABI). Levantamento realizado em dezembro de 2020. Adaptado pela autora.

6 | Fluxograma

Para compreender a distribuição espacial do programa de necessidades, a relação dos espaços entre si e o fluxo de pessoas entre os ambientes, segue fluxograma do projeto.

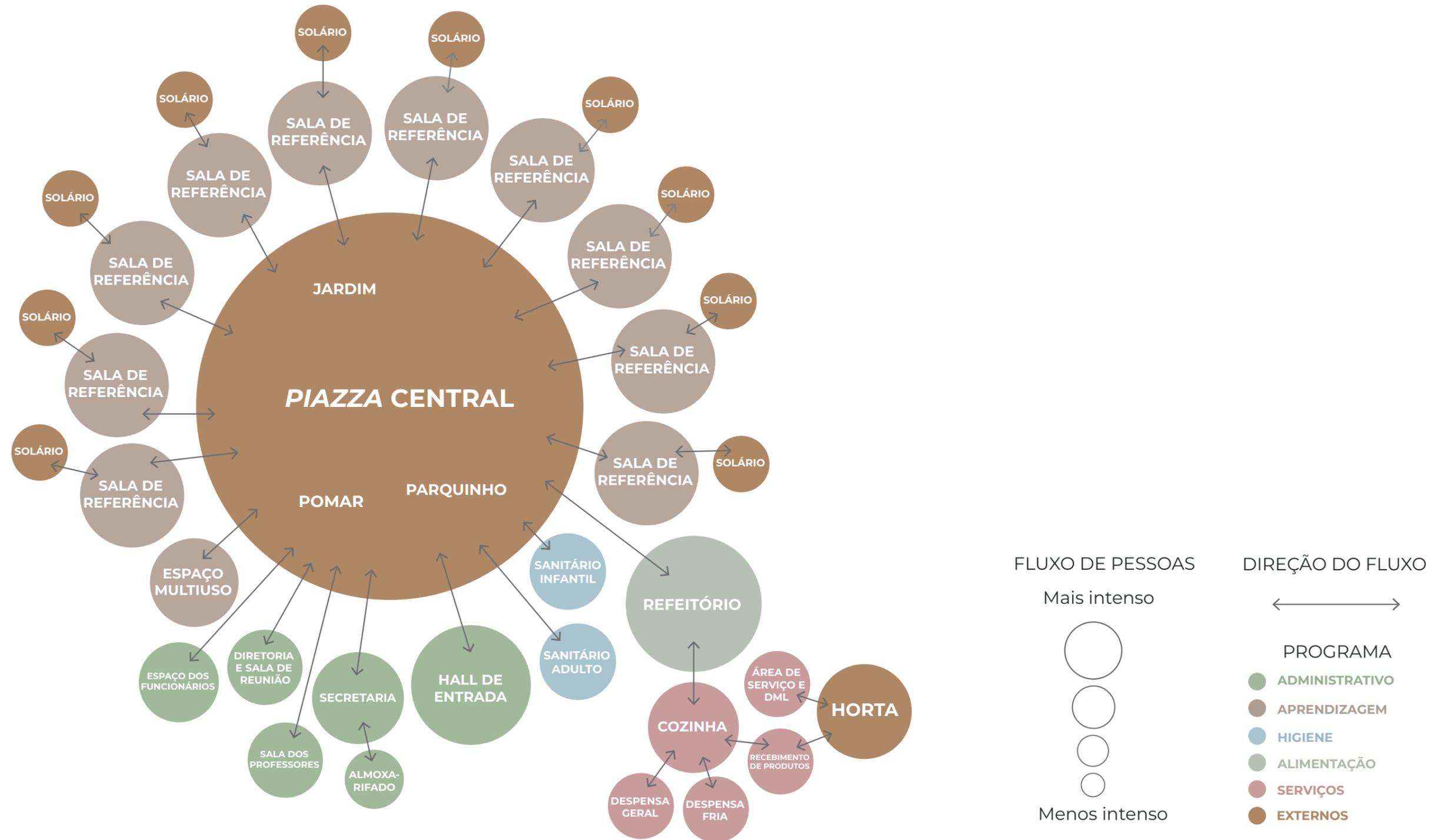


Figura 22 - Fluxograma. Elaborado pela autora.

7 | Divisão dos espaços

Os espaços da creche do Morro do Quilombo podem ser divididos em três grupos:

- **MACROESPAÇOS:** espaços que podem ser frequentados por todo o público da creche (crianças e funcionários) e, nos períodos em que não houver atividades escolares, podem ser utilizados pelos moradores da Comunidade.
- **MICROESPAÇOS:** ambientes destinados às crianças e acessados por elas e pelos professores.
- **ESPAÇOS DE APOIO:** espaços que dão suporte para a execução das atividades de apoio à creche. Podem ser considerados a “infraestrutura” da creche.



8 | Descrição do projeto

Partindo da compreensão da importância e do poder transformador de um equipamento público de qualidade localizado em uma área vulnerável socialmente, o projeto arquitetônico da creche do Morro do Quilombo busca atender às demandas da Comunidade, ser um espaço integrado a ela e um lugar de acolhimento e estímulo para as crianças se desenvolverem.

Deste modo, inicia-se a explicação do projeto arquitetônico destacando que os espaços de cuidado das crianças e os locais de brincadeiras foram pensados de acordo com a **metodologia Reggio Emilia** que entende o **espaço como um terceiro educador** ao estimular a criança a explorá-lo com liberdade e segurança.

Os **acessos** foram distribuídos em três locais: o acesso principal, o acesso de serviços e o acesso secundário que se dá pela esquina aberta entre as ruas da Represa (principal rua do Morro do Quilombo) e Manoel Félix da Silva.

A proposta formal distribui todos os ambientes no entorno de um grande espaço – a **piazza central** na metodologia pedagógica de Reggio Emilia – que estimula as relações e interações ao configurar um grande local de convívio entre todos que frequentam a creche, conforme o conceito de **pedagogia dos relacionamentos**. Para incentivar essa dinâmica, todos os ambientes têm grandes aberturas envidraçadas e altura de peitoril baixo para gerar **permeabilidade visual** entre os espaços e facilitar o cuidado das crianças ao possibilitar que elas sejam vistas de todas as direções e espaços.

É importante destacar que foi priorizada a **horizontalidade** da disposição dos ambientes para não hierarquizar os espaços, facilitar os acessos e, principalmente, aproximar a escala

da edificação à escala infantil. Partindo desse entendimento, justificam-se os cortes e aterros feitos no terreno cuja topografia é bastante íngreme e a definição de somente dois níveis de projeto com desnível de apenas 1,5 m entre eles.

O **programa de necessidades** foi distribuído em seis blocos. Compreendendo o espaço da creche como um ambiente vivo que está em constante transformação, as divisórias internas de todos os blocos (com exceção apenas do bloco de serviços) são de gesso acartonado (*drywall*) para possibilitar alterações internas de *layout* sem comprometer a estrutura. Além disso, todas as esquadrias foram dimensionadas com valores múltiplos a 90 cm, também para facilitar possíveis trocas de vidros ou montantes.

A **relação interior-exterior** é fortemente marcada nos espaços internos da creche e no entorno dela para garantir interações com o exterior. O cercamento da creche, mantendo muro somente nas extremas dos lotes vizinhos, visa garantir essa relação e está de acordo com o conceito de **escola sem muros**, defendida pela metodologia Reggio Emilia.

A **materialidade** do espaço se dá com paredes de concreto, esquadrias de vidro e telhado com estrutura aparente em madeira para que possam ser penduradas redes e tecidos nas tesouras da estrutura. Além disso, buscando a entrada de iluminação natural difusa, o telhado tem sistema de *shed* posicionado em relação à fachada sul.

Buscando um **ambiente visual não poluído**, optou-se por manter as paredes com cores claras para que elas funcionem como murais para as intervenções das crianças – isso justifica também a existência de empenas nas extremidades de alguns blocos. Ou seja, são as crianças

que dão cor à creche com suas roupas, brinquedos e desenhos coloridos.

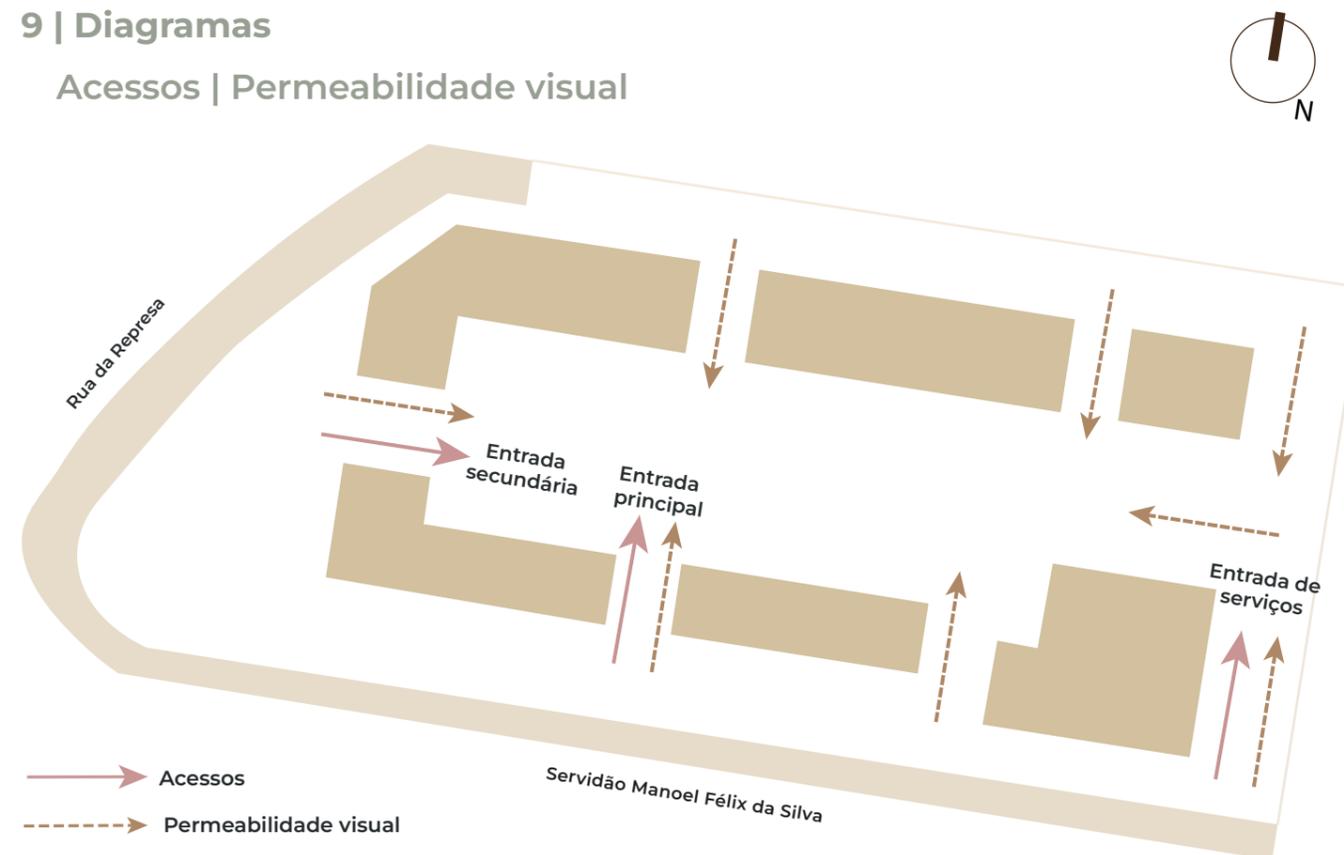
Em relação à **vegetação**, entende-se que as crianças aprendem e são estimuladas pelas mudanças de cores e odores das estações do ano. Por isso, há árvores frutíferas na *plazza* central e, junto ao solário de cada sala de referência, há um pequeno jardim com chás e temperos aromáticos para perfumar o ambiente.

Quando se trata de **som**, é fundamental que existam espaços com **diferentes intensidades sonoras** na creche, para que as crianças tenham a opção de escolher onde querem estar de acordo com seus estados de espírito. Pensando nisso, há uma **hierarquia dos estados de espírito** configurada pelo solário, sala de referência, área embaixo do beiral em frente às salas de referência e, por fim, a *plazza* central. Esta é a ordem crescente de intensidade sonora, ou seja, se a criança quiser mais silêncio e aconchego, pode permanecer no solário e se quiser mais som e interações, pode ir em direção à **plazza** central.

Por fim, destaca-se a configuração de **esquina aberta** entre as ruas da Represa e Manoel Félix da Silva, que conformam o terreno da creche, e onde há um parquinho e uma arquibancada que atuam como espaços de transição entre a rua e a creche. Além disso, reforça-se a ideia de utilização do espaço da creche pela Comunidade nos períodos em que ela não estiver em funcionamento com a intenção de estimular que os moradores do Morro do Quilombo se apropriem deste espaço público de qualidade.

9 | Diagramas

Acessos | Permeabilidade visual



Distribuição espacial do programa de necessidades

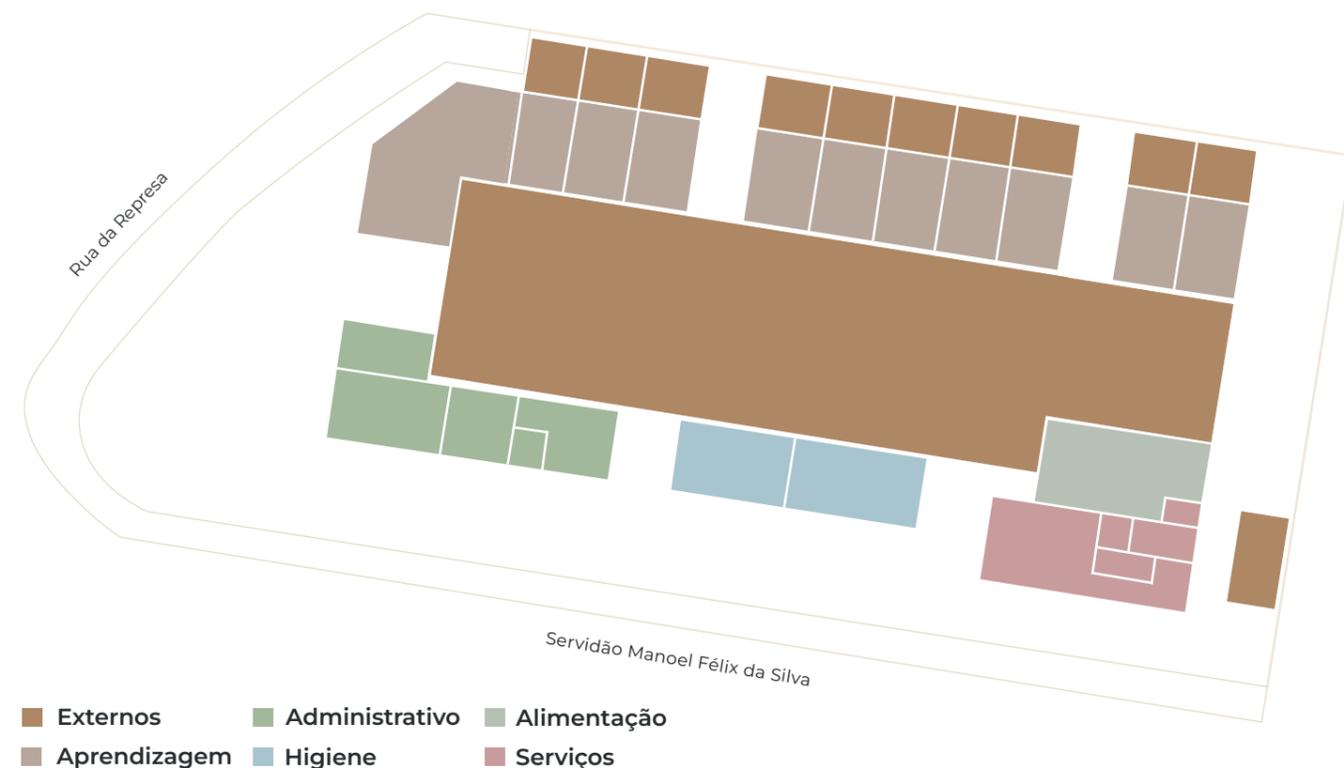
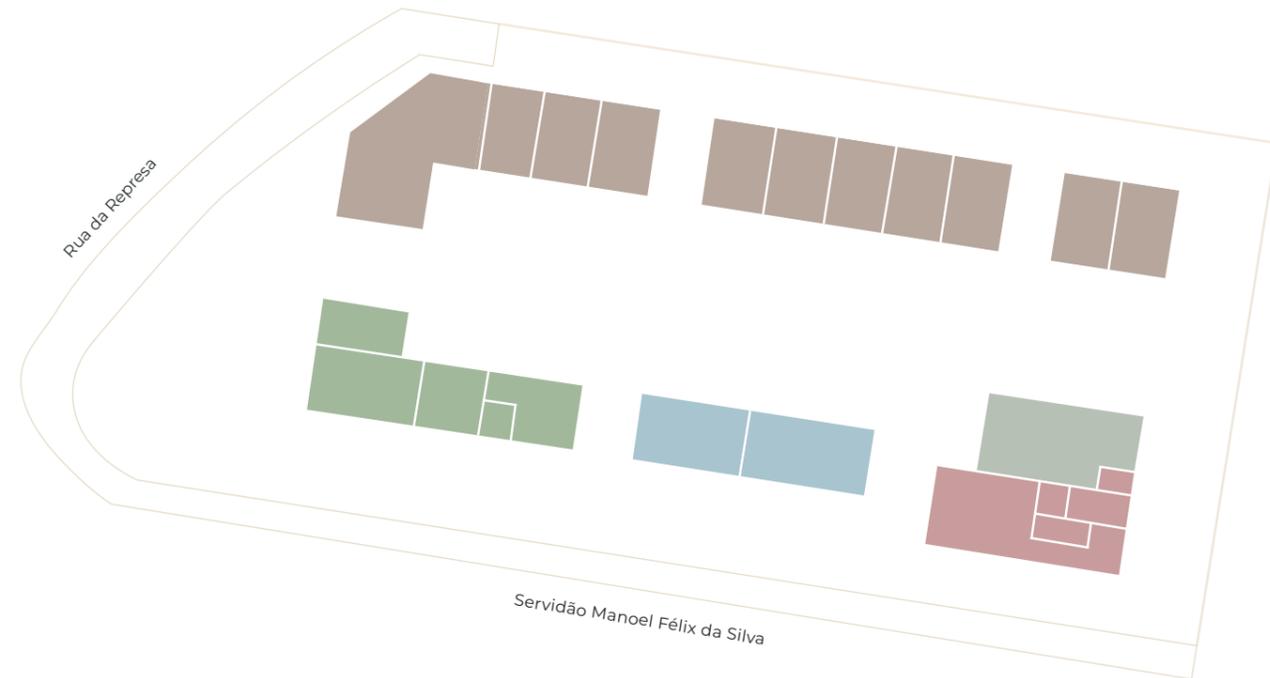


Figura 23 - Acessos | Permeabilidade visual. Elaborado pela autora.

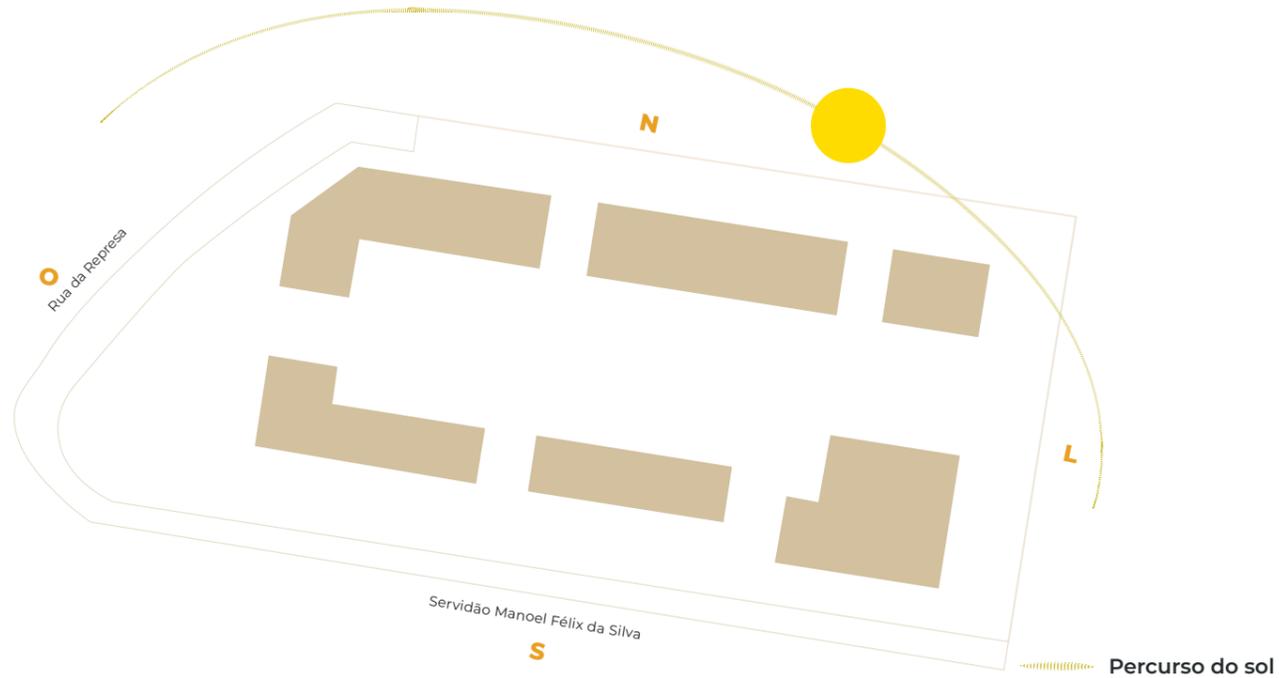
Figura 24 - Distribuição espacial do programa de necessidades. Elaborado pela autora.

Área construída

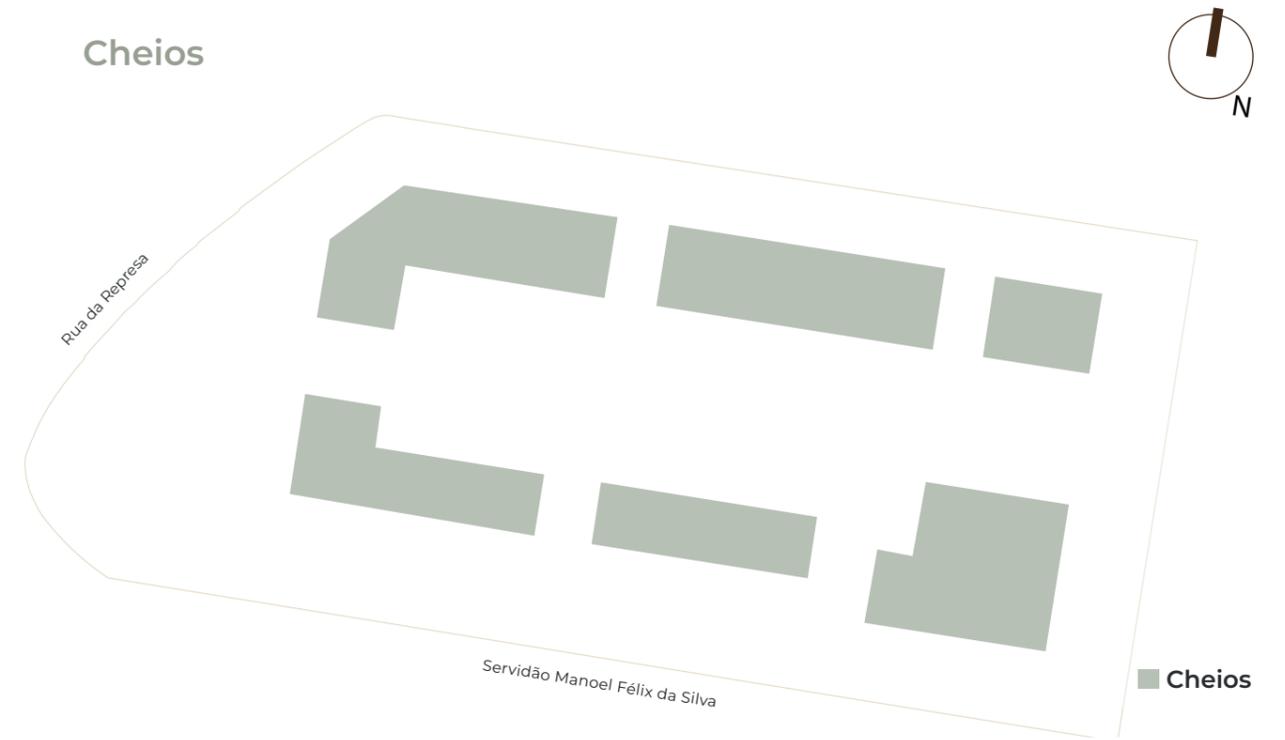


■ 217.63 m² ■ 39.67 m² ■ 51.93 m² ■ 50.99 m² ■ 70.77 m² Área total: 430.99 m²

Percurso do sol



Cheios



Vazios

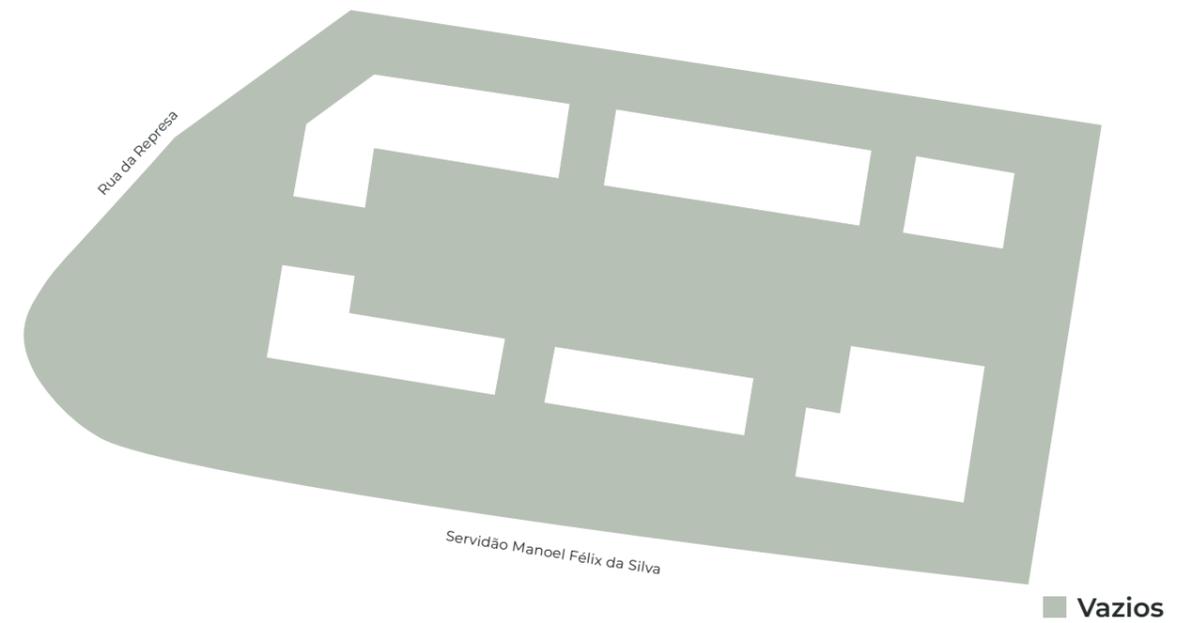
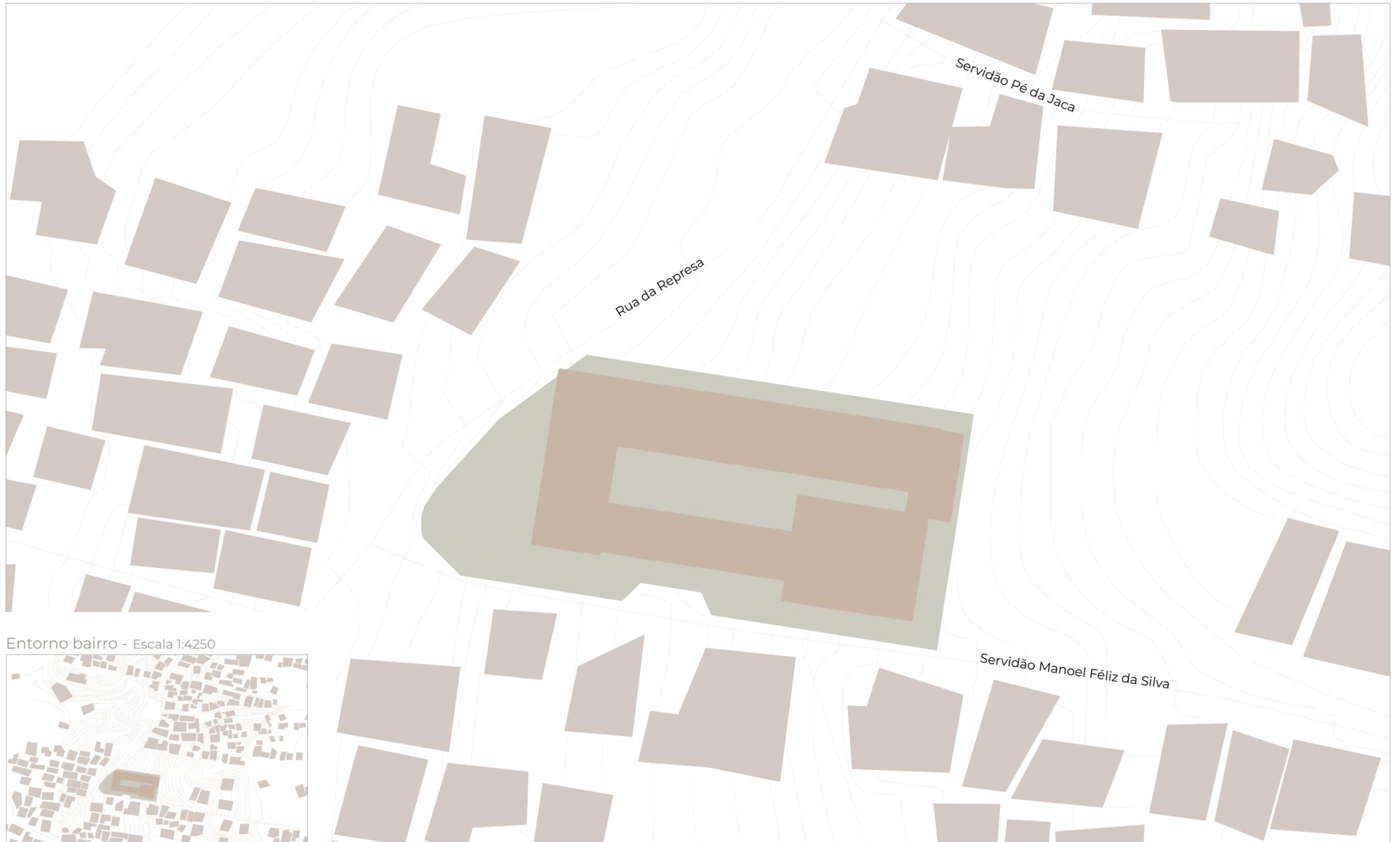


Figura 25 - Área construída. Elaborado pela autora.
Figura 26 - Percurso do sol. Elaborado pela autora.

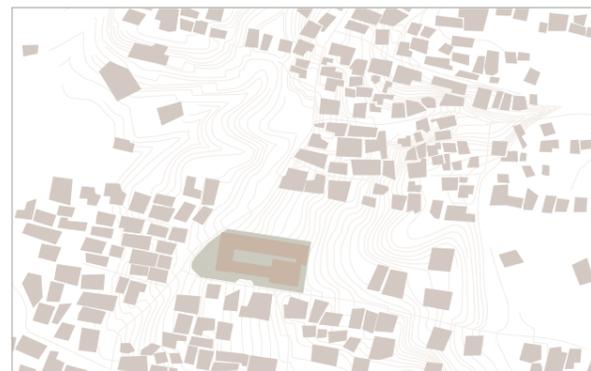
Figura 27 - Cheios. Elaborado pela autora.
Figura 28 - Vazios. Elaborado pela autora.

10 | Planta de situação com entorno

Escala 1:500

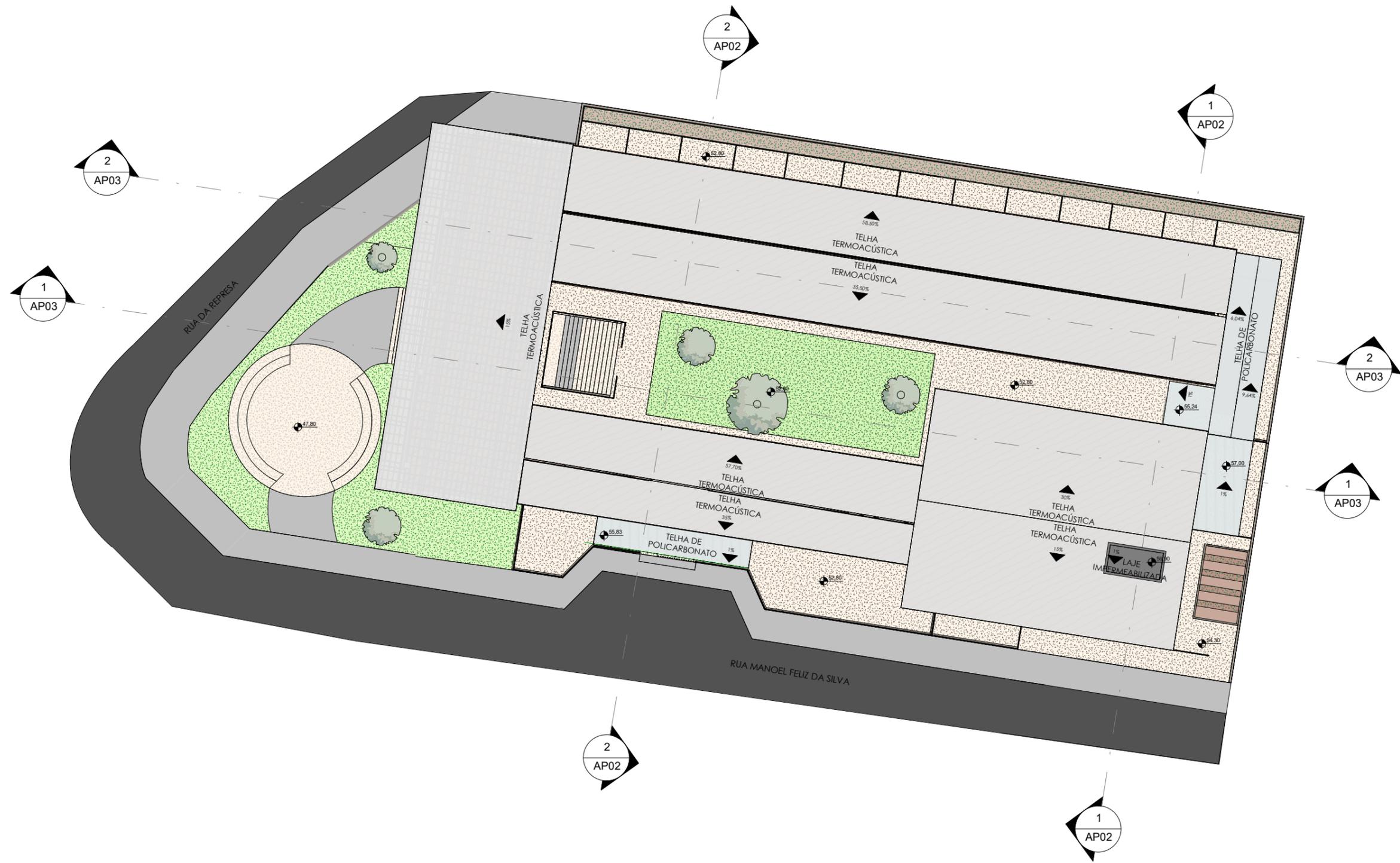


Entorno bairro - Escala 1:4250



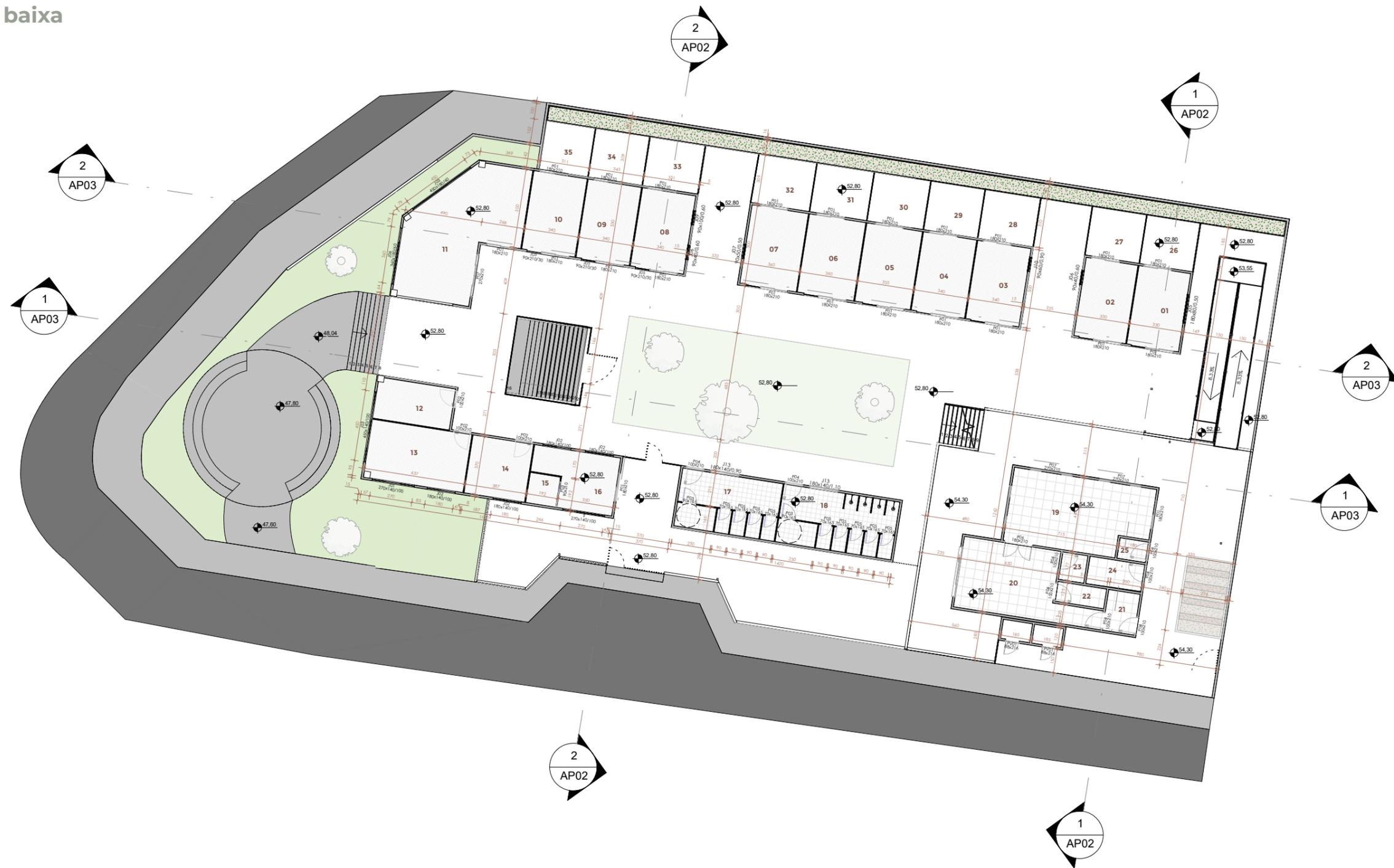
11 | Planta de implantação e cobertura

Escala 1:250



12 | Planta baixa

Escala 1:250



01 | 02 | Sala de referência | 16,50 m²
 03 | 04 | 08 | Sala de referência | 17 m²
 05 | Sala de referência | 17,75 m²
 06 | 07 | Sala de referência | 18 m²
 09 | Sala de referência | 16,95 m²
 10 | Sala de referência | 17,05 m²
 11 | Espaço multiuso | 45,88 m²

12 | Espaço dos funcionários | 12,84 m²
 13 | Sala dos professores | 23,57 m²
 14 | Diretoria e sala de reunião | 14,32 m²
 15 | Almojarifado | 3,39 m²
 16 | Secretaria | 16,65 m²
 17 | Sanitário adulto | 23,69 m²
 18 | Sanitário infantil | 27,30 m²

19 | Refeitório | 39,67 m²
 20 | Cozinha | 31,58 m²
 21 | Recebimento de produtos | 5,20 m²
 22 | Despensa geral | 3,88 m²
 23 | Despensa fria | 2,80 m²
 24 | Área de serviço + DML | 6,13 m²
 25 | Lavabo | 2,34 m²

26 | 29 | Solário | 10,78 m²
 27 | Solário | 10,82 m²
 28 | 30 | 33 | Solário | 11,13 m²
 31 | Solário | 11,75 m²
 32 | Solário | 11,53 m²
 34 | Solário | 10,75 m²
 35 | Solário | 9,70 m²

13 | Planta de layout

Escala 1:250



01 | 02 | Sala de referência | 16,50 m²

03 | 04 | 08 | Sala de referência | 17 m²

05 | Sala de referência | 17,75 m²

06 | 07 | Sala de referência | 18 m²

09 | Sala de referência | 16,95 m²

10 | Sala de referência | 17,05 m²

11 | Espaço multiuso | 45,88 m²

12 | Espaço dos funcionários | 12,84 m²

13 | Sala dos professores | 23,57 m²

14 | Diretoria e sala de reunião | 14,32 m²

15 | Almojarifado | 3,39 m²

16 | Secretaria | 16,65 m²

17 | Sanitário adulto | 23,69 m²

18 | Sanitário infantil | 27,30 m²

19 | Refeitório | 39,67 m²

20 | Cozinha | 31,58 m²

21 | Recebimento de produtos | 5,20 m²

22 | Despensa geral | 3,88 m²

23 | Despensa fria | 2,80 m²

24 | Área de serviço + DML | 6,13 m²

25 | Lavabo | 2,34 m²

26 | 29 | Solário | 10,78 m²

27 | Solário | 10,82 m²

28 | 30 | 33 | Solário | 11,13 m²

31 | Solário | 11,75 m²

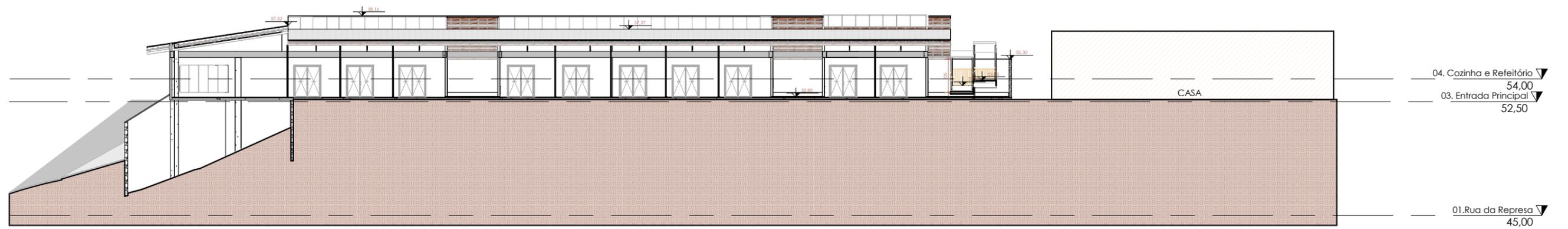
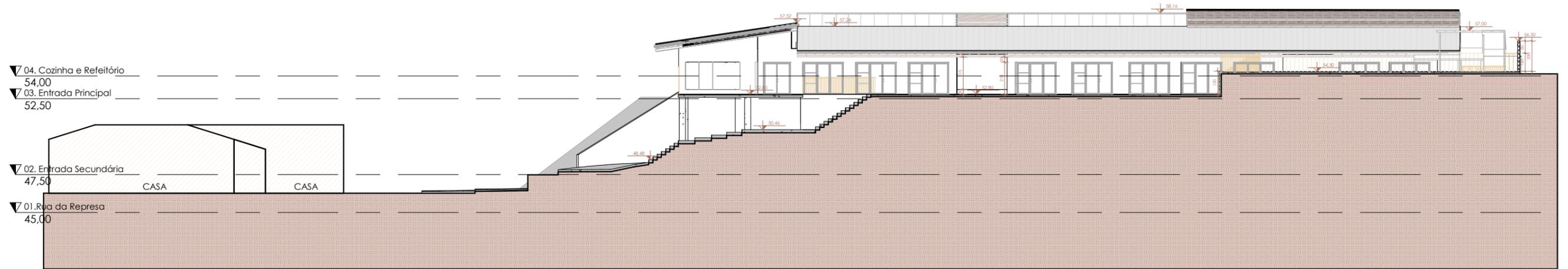
32 | Solário | 11,53 m²

34 | Solário | 10,75 m²

35 | Solário | 9,70 m²

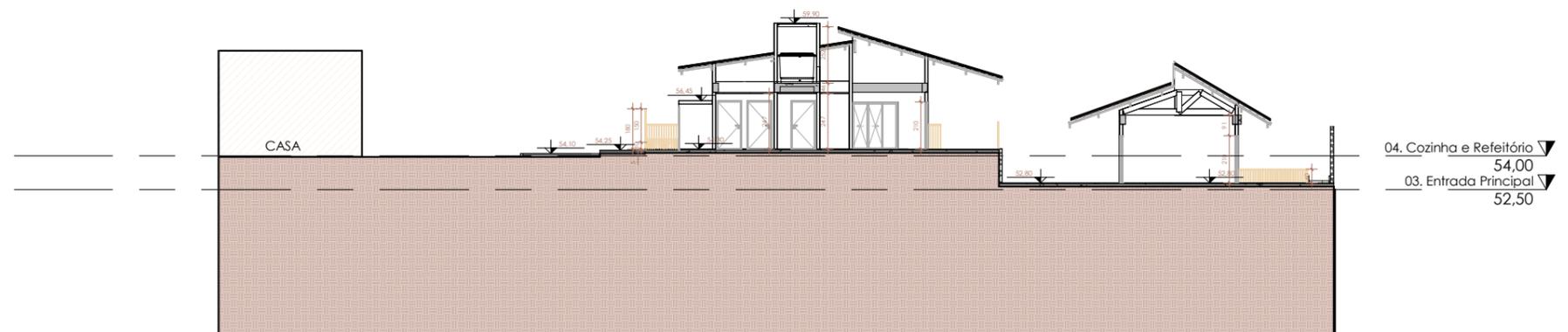
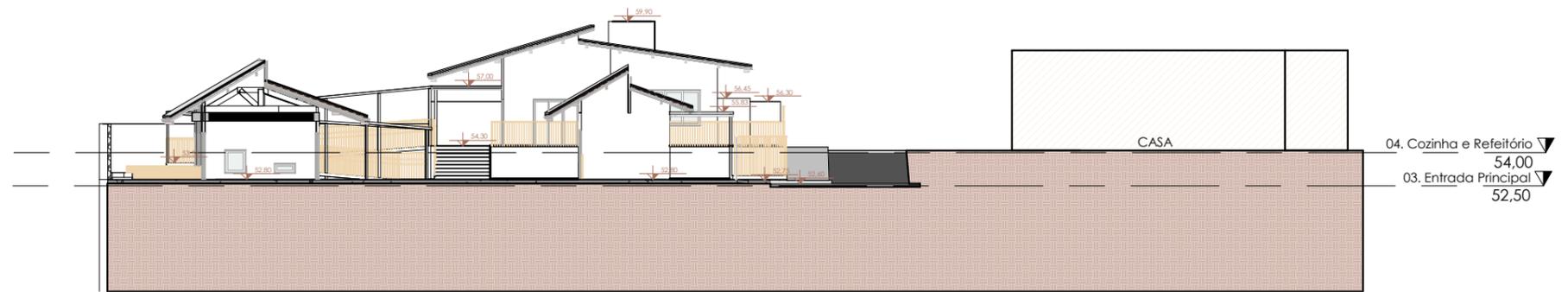
14 | Cortes longitudinais

Escala 1:250



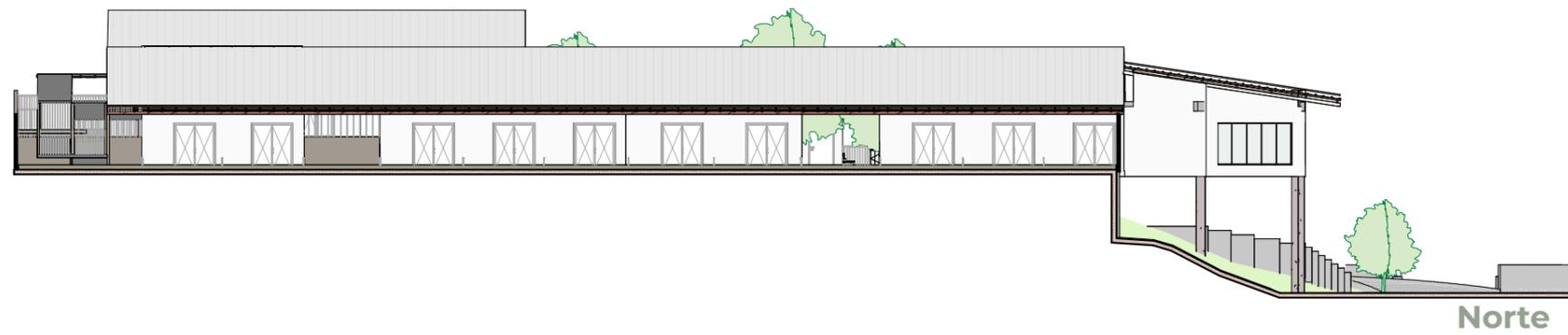
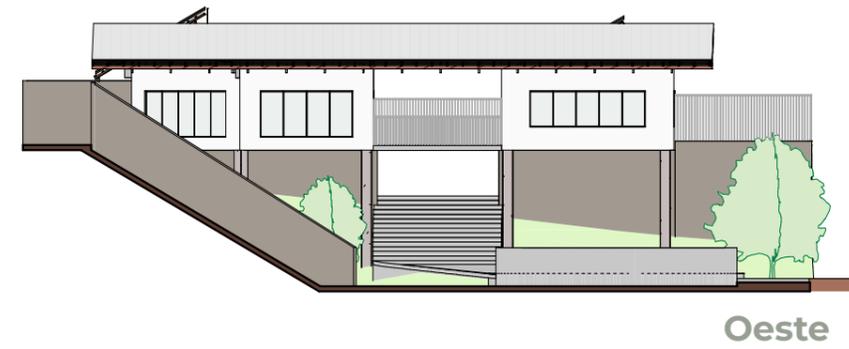
15 | Cortes transversais

Escala 1:250



16 | Fachadas

Escala 1:250









Imagem/Perspectiva | Piazza central | Local de convívio | Pedagogia dos relacionamentos | Permeabilidade visual entre os espaços | Horizontalidade da disposição dos ambientes | Árvores frutíferas e flores



Imagem/Perspectiva | Piazza central | Materialidade | Paredes de concreto | Empenas que atuam como murais | Esquadrias modulares de vidro | Telhado com estrutura aparente de madeira para pendurar balanços e redes | *Shed* voltado para a fachada sul | Piso não escorregadio | Divisórias internas de *drywall*



Imagem/Perspectiva | Beiral em frente às salas de referência | Horizontalidade da disposição dos ambientes | Desnível de 1,5 metros | Muro que atua como mural e parede de escalada | Permeabilidade visual | Cores claras para garantir um ambiente visual não-poluído | Beiral que configura espaço de transição entre as salas de referência e a *piazza* central



Imagem/Perspectiva | Hierarquia dos estados de espírito | Espaços com diferentes intensidades sonoras (solário - sala de referência - espaço sob o beiral - *piazza* central) | Jardim com chás e temperos aromáticos | Permeabilidade visual entre os espaços | Janela com peitoril baixo



Imagem/Perspectiva | Solários | Espaços com diferentes intensidades sonoras (solário - sala de referência) | Jardim com chás e temperos aromáticos | Permeabilidade visual entre os espaços



Imagem/Perspectiva | Sala de referência | Crianças de 0 a 2 anos | Espaços com diferentes intensidades sonoras (sala de referência - solário) | Cores claras para garantir um ambiente visual não-poluído | Piso de madeira para garantir conforto termoacústico | Redes de dormir presas na estrutura do telhado | Permeabilidade visual entre os espaços | Janela com peitoril baixo



Imagem/Perspectiva | Sala de referência | Crianças de 2 a 4 anos | Espaços com diferentes intensidades sonoras (sala de referência - solário) | Cores claras para garantir um ambiente visual não-poluído | Piso de madeira para garantir conforto termoacústico | Permeabilidade visual entre os espaços | Janela com peitoril baixo



17 | Considerações finais

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso foi desenvolver a proposta de um projeto arquitetônico de uma creche no Morro do Quilombo onde as crianças possam se desenvolver com segurança, amparo e autonomia. Este espaço, além disso, se propõe a ser um local onde a Comunidade possa conviver de maneira integrada, solidária e cooperativa.

O projeto arquitetônico desta creche foi pensado com base nas demandas da Comunidade e nas suas condicionantes sociais e econômicas. Somou-se a isso, a intenção de que o projeto atuasse como um elemento pedagógico. Devido a essa intenção, as diretrizes projetuais se basearam na filosofia pedagógica de Reggio Emilia que compreende o espaço construído como um terceiro educador e, além disso, entende que deve existir um forte vínculo entre o espaço educacional e a Comunidade onde ele está inserido.

Ao propor um espaço público de qualidade em uma área vulnerável social e economicamente, como é o Morro do Quilombo, buscou-se fortalecer o entendimento de que a educação, principalmente na primeiríssima infância, é um instrumento poderoso para enfrentar a desigualdade social.

Localização das imagens do Morro do Quilombo que constam neste trabalho

Página 5 | Servidão da Jaca | Julho/2021

Capa capítulo 1 | Servidão da Jaca | Julho/2021 | p. 9

Capa capítulo 2 | Servidão da Jaca | Julho/2021 | p. 12

Capa capítulo 4 | Servidão da Jaca | Julho/2021 | p. 18

Capa capítulo 3 | Rua da Represa | Julho/2021 | p. 15

Página 19 | Servidão da Jaca | Julho/2021

Imagens 1, 2, 3 e 4 | Área de intervenção | Julho/2021 | p. 36

Capa **Caderno de Anexos** | Servidão da Jaca | Julho/2021

Capa capítulo 3 | Rua da Represa | Julho/2021 | **Caderno de Anexos p. 5**

Imagem 01 | Rua da Represa | Julho/2021 | **Caderno de Anexos p. 10**

Imagem 02 | Servidão Violetas Azuis | Abril/2018 | **Caderno de Anexos p. 10**

Imagem 03 | Servidão da Jaca | Abril/2018 | **Caderno de Anexos p. 10**

Imagem 04 | Servidão da Jaca | Abril/2018 | **Caderno de Anexos p. 11**

Imagem 05 | Rua da Represa | Setembro/2018 | **Caderno de Anexos p. 11**

Imagem 06 | Rua da Represa | Setembro/2018 | **Caderno de Anexos p. 11**

Imagem 07 | Rua do Quilombo | Setembro/2018 | **Caderno de Anexos p. 12**

Imagem 08 | Rua da Represa | Setembro/2018 | **Caderno de Anexos p. 12**

Imagem 9 | Rua da Represa | Abril/2018 | **Caderno de Anexos p. 12**

Imagem 10 | Rua da Represa | Abril/2018 | **Caderno de Anexos p. 13**

Imagem 11 | Rua da Represa | Abril/2018 | **Caderno de Anexos p. 14**

Imagem 12 | Rua da Represa | Abril/2018 | **Caderno de Anexos p. 14**

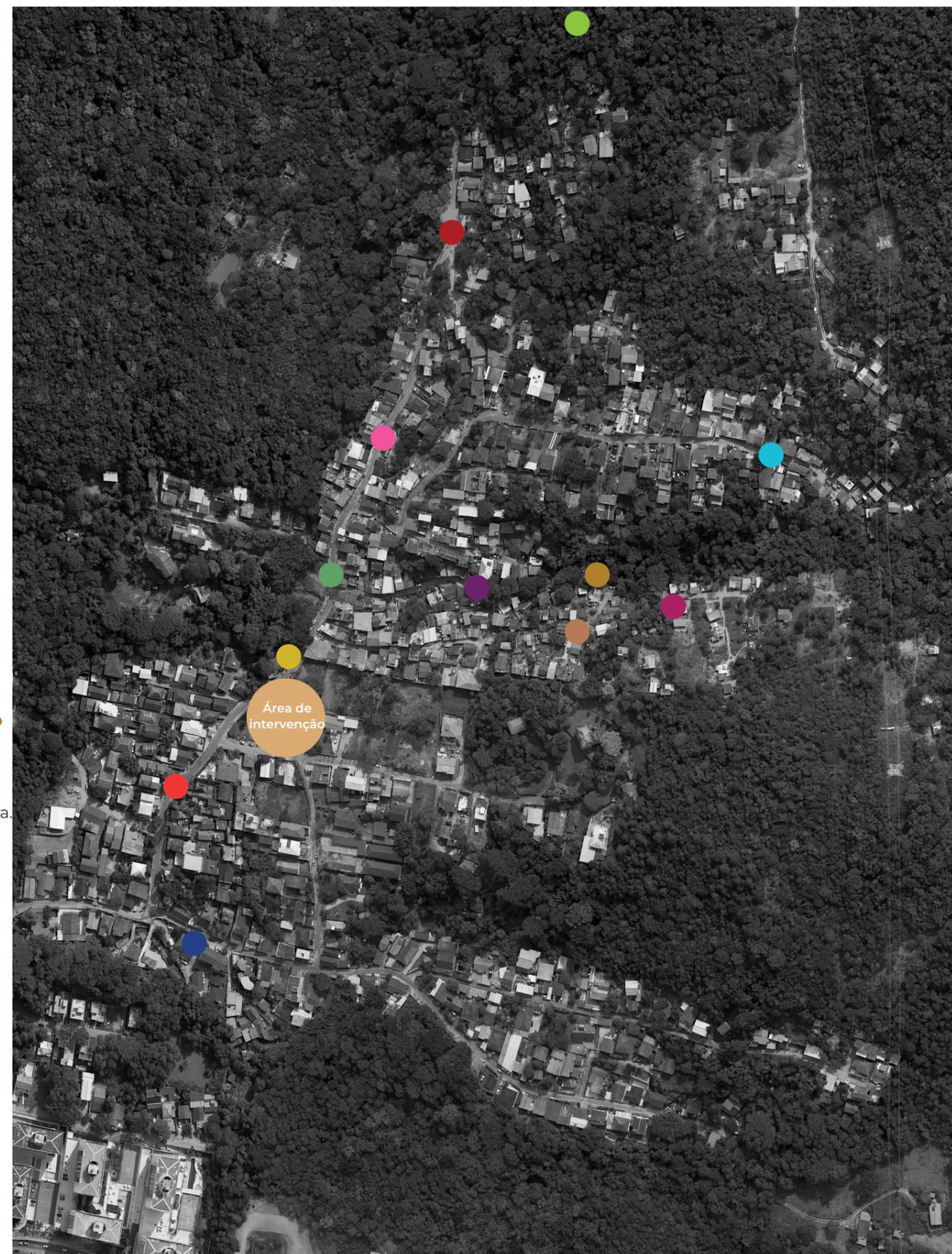
Imagem 13 | Servidão da Jaca | Abril/2018 | **Caderno de Anexos p. 14**

Imagem 14 | Servidão da Jaca | Abril/2018 | **Caderno de Anexos p. 15**

Imagem 15 | Rua da Represa | Setembro/2018 | **Caderno de Anexos p. 15**

Capa capítulo 4 | Servidão da Jaca | Julho/2021 | **Caderno de Anexos p. 16**

Todas as imagens pertencem ao acervo pessoal da autora.



Referências

ALMEIDA, Camila. **A primeira infância é a solução contra desigualdade**. 2017. Disponível em: <https://exame.com/economia/a-primeira-infancia-e-a-solucao-contradesigualdade/>. Acesso em: 25 maio 2021.

ARCHDAILY. **Centro Infantil El Guadual / Daniel Joseph Feldman Mowerman + Iván Dario Quiñones Sanchez**. 2015. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/758586/centro-infantil-el-guadual-daniel-joseph-feldman-mowerman-plus-ivan-dario-quinones-sanchez>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BALDISSERA, Olívia. **Os princípios da abordagem Reggio Emilia**. 2021. Disponível em: <https://poseducacao.unisinos.br/blog/abordagem-reggio-emilia>. Acesso em: 18 fev. 2023.

BEZERRA, Maurícia Santos de Holanda. **O espaço na educação infantil: a constituição do lugar da criança como indicador de qualidade**. 2013. 238 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

BORGES, Priscilla. **Ausência de creches aumenta desigualdade social, afirmam especialistas**. 2014. Disponível em: <https://compromissocampinas.org.br/ausencia-de-creches-aumenta-desigualdade-social-afirmam-especialistas/>. Acesso em: 16 maio 2021.

BRANCO, Isabel. **Os impactos de uma boa creche**. 2018. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2018/09/30/impactosdeuma-boacreche/>. Acesso em: 16 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm#texto. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: biênio 2014-2016**. Brasília, 2016. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/626732. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação - 2020: sumário executivo**. Brasília, 2020. Disponível em: http://inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6974122. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil: introdução**. Brasília, 1998.

BROUGÈRE, Gilles. A criança e a cultura lúdica. **Revista da Faculdade de Educação**, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 103-116, jul. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rfe/a/nprNrVWQ67Cw67MZpNShfVJ/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2021.

CAMTRA. **A Luta por Creche como Direito das Crianças e das Mulheres**. Youtube, 19 de out. de 2020. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=pbldEqcRfd4&ab_channel=CAMTRA. Acesso em: 15 mar. 2021.

CEPPI, Giulio; ZINI, Michele (org.). **Crianças, espaços, relações**: como projetar ambientes para a educação infantil. Porto Alegre: Penso, 2013.

CITRON, Renata. **Brasil, o país que perpetua desigualdade desde o berço**. 2020. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2020/Brasil-o-pa%C3%ADs-que-perpetua-desigualdade--desde-o-ber%C3%A7o>. Acesso em: 25 maio 2021.

CONANDA, Conselho Nacional da Criança e do Adolescente. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: lei n 8.096, de 13 de julho de 1990. Lei n 8.096, de 13 de julho de 1990. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **O que é o ECA**. 2013. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2013/marco/o-que-e-o-eca>. Acesso em: 10 mar. 2021.

FINCO, Daniela; GOBBI, Marcia Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (org.). **Creche e feminismo**: desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas: Leitura Crítica, 2015.

FLORIANÓPOLIS. **Lei Municipal nº 7.503, de 19 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional do conselho municipal de educação de Florianópolis. Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2007/751/7503/lei-ordinaria-n-7503-2007-dispoe-sobre-a-estrutura-administrativa-e-organizacional-do-conselho-municipal-de-educacao-de-florianopolis-2021-01-27-versao-consolidada>. Acesso em: 10 mar. 2021.

FLORIANÓPOLIS. **Resolução nº 01, de 04 de outubro de 2017**. Fixa normas para a Educação Infantil no âmbito do Sistema Municipal de Ensino do Município de Florianópolis, Santa Catarina. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/03_04_2018_11.29.55.7c7f67e4c5476b124d7b-109d3b0cef0f.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Educação Infantil da Rede Municipal de Florianópolis**. Florianópolis: SME/DEI, 2015. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/>

[arquivos/arquivos/pdf/18_06_2015_17.45.09.f15fd281f2a179c83213049c0423f395.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/18_06_2015_17.45.09.f15fd281f2a179c83213049c0423f395.pdf). Acesso em: 10 mar. 2021.

FOCHI, Paulo Sergio et al. A pedagogia dos detalhes para o trabalho com bebês na creche a partir dos pressupostos de Lóczy. **Olhares**: Revista do Departamento de Educação da Unifesp, Guarulhos, v. 5, n. 1, p. 35-49, maio 2017.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Brasil). **Elaboração de projetos de edificações escolares**: educação infantil. Brasília: FNDE, 2017.

GIL, Juca. **Plano Nacional de Educação**. 2021. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/plano-nacional-de-educacao/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

IMBRONITO, M. I.; MACEDO, A. C.; XAVIER, F. H. DA C. **Espaço da educação infantil**: abordagem de Reggio Emilia em contexto paulista. Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente, v. 4, n. 2, p. 61-75, 18 set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/18334>. Acesso em: 25 mar. 2022.

KOWALTOWSKI, Doris C. C. K.. **Arquitetura escolar**: o projeto do ambiente de ensino. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234-241, jun. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100014/8721>. Acesso em: 26 abr. 2021.

LIMA, Bruna; SOUZA, Carinne. **Pandemia evidenciou desigualdade na educação brasileira**. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2020/12/4897221-pandemia-evidenciou-desigualdade-na-educacao-brasileira.html>. Acesso em: 08 maio 2021.

MACHADO, Emanuella Clemente. **Gestão de resíduos sólidos orgânicos**: uma proposta coconstruída no Morro do Quilombo. 2018. 77 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração Empresarial, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

MACHADO, Maria Clara. **Congresso promulga a emenda constitucional que elimina a DRU na educação**. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34320>. Acesso em: 10

mar. 2021.

MELO, Aline. **Emenda Constitucional 59/2009: Obrigatoriedade da criança de 4 anos na escola.** 2013. Disponível em: <http://petpedagogia.ufba.br/emenda-constitucional-de-5909>. Acesso em: 10 mar. 2021.

OGAWA, André Eitti; CARVALHO, Alessandra Izabel de. Quilombos em disputa: memórias das transformações de um lugarejo no decurso do século XX. **Ateliê de História UEPG**, [s. l], v. 1, n. 2, p. 151-173, 2013.

RIBEIRO, Priscilla Bonini. **A educação e as desigualdades sociais.** 2021. Disponível em: <http://www.undime-sp.org.br/a-educacao-e-as-desigualdades-sociais/>. Acesso em: 08 maio 2021.

SALAS, Javier. **Pobreza prejudica o desenvolvimento do cérebro na infância.** 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/21/ciencia/1437472152_294616.html. Acesso em: 20 jun. 2021.

SERENNA, Nathalia. **Leis que regem o sistema Educacional Brasileiro.** 2018. Disponível em: <https://serenna.jusbrasil.com.br/artigos/605460083/leis-que-regem-o-sistema-educacional-brasileiro>. Acesso em: 10 mar. 2021.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970 - 2000).** Florianópolis: Editora UFSC, 2015.

SUGAI, Maria Inês; PERES, Lino. **Mercados Informais de solo urbano nas cidades brasileiras e o acesso dos pobres ao solo: Área conurbada de Florianópolis.** Relatório Final INFOSOLO, equipe ARQ/UFSC. Florianópolis: Habitare/FINEP; IPPUR/UFRJ; ARQ/UFSC; 111 p. Dez 2006.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

VECCHI, V. **Que tipo de espaço para viver bem na escola?** In: CEPPI, G.; ZINI, M. Criança, espaços,

relações: Como projetar ambientes para o espaço infantil. Porto Alegre: Penso, 2013.

2B, Editora. **Entendendo as Políticas e Leis da Educação no Brasil.** 2020. Disponível em: <https://www.editora2b.com.br/blog/entendendo-as-politicas-e-leis-da-educacao-no-brasil>. Acesso em: 10 mar. 2021.

Siglas

CASAN Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

CCA/UFSC | Centro de Ciências Agrárias /UFSC

CELESC | Centrais Elétricas de Santa Catarina

CREA/SC | Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CSI | Centro de Saúde do Itacorubi

ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente

EI | Educação Infantil

EPAGRI | Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação

NEIM | Núcleo de Ensino Infantil Municipal

PMF | Prefeitura Municipal de Florianópolis

PNAD | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE | Plano Nacional de Educação

UDESC | Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC | Universidade Federal de Santa Catarina

ZEIS | Zona Especial de Interesse Social

